



XIII CONGRESSO DO SISMMAC

“Carreira e condições de trabalho
docente na Prefeitura Municipal
de Curitiba”

CADERNO
DE TESES

 2022



Aponte a câmera do celular e compartilhe no Facebook



PARA CURITIBA SER UMA
“CIDADE
EDUCADORA”
DE FATO,

É URGENTE VALORIZAR OS PROFESSORES



#ValorizaOMagistério

XIII CONGRESSO DO SISMMAC

APRESENTAÇÃO	05
TESE I - XIII CONGRESSO DO SISMMAC – DIREÇÃO	06
I. Análise de conjuntura	07
II. Conjuntura sindical	18
III. Proposta de trabalho para o sindicato	22
TESE II - QUAL A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO?	43
Como os profissionais da educação de Curitiba enfrentaram esse período? ...	47
Não é verdade que não tem dinheiro para investir em educação!	49
Política de desmonte na educação pública de Curitiba	52
Como esse desmonte da educação pública afeta as mulheres?	54
TESE III - COLETIVO DE OPOSIÇÃO JUNTOS SOMOS MAIS FIRMES	59
I. Análise de conjuntura	60
II. Análise do movimento sindical	71
III. Plano de trabalho do sindicato	78
TESE IV - CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE	92
I. Situação internacional	93
II. Situação nacional	101
III. Situação estadual	107
IV. Situação municipal	111
V. Análise do movimento sindical	113

Expediente



Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

Rua Nunes Machado, 1577 • Rebouças • Curitiba - PR
CEP: 80.220-070 | Telefone: (41) 3225-6729
Lista transmissão: (41) 99737-2120

Direção e Conselho Fiscal do SISMMAC | Adaisi do Rocio de Paula Cordeiro, Adriane Alves da Silva, Altino Chagas Loureiro, Angela Maria da Silva, Ângela Maria de Castro, Cláudia Senra Caraméz, Cláudia Silva Pereira dos Santos, Cláudia Simoni da Silva Ativo da Costa, Clayton Jhonatas Padilha, Diana Cristina de Abreu, Eliane Aparecida Malaquias Breda, Emilene Collect, Gizelle Cristiane de Souza dos Santos, João Paulo de Souza da Silva, Jokasta Pires Vieira Ferraz, Jussimara Rodrigues de Almeida, Kathleen S. Marczynski, Marcela Alves Bomfim, Maria Angela da Motta, Marina de Godoy, Michele Cristina da Costa, Patrícia Adriana Borges, Patrícia de Souza Antunes, Patricia Tavares, Raquel de Paula Machado, Suzana Pivato, Vanessa Ascensão Monteiro, Willian Ricardo de Castro



O magistério avança na organização e nas lutas

Neste ano, realizaremos nosso XIII Congresso em uma conjuntura bastante complexa. Estamos retomando as atividades presenciais no magistério municipal depois de 2 anos de isolamento social, que foi necessário por causa da pandemia de Covid-19.

Nossa categoria foi colocada à prova, porque tivemos que nos adaptar a uma nova realidade para manter a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, mesmo com praticamente nenhum amparo da administração municipal, ao mesmo tempo em que tivemos que lutar para impedir a retirada de direitos fundamentais.

Na retomada das atividades presenciais, voltamos a enfrentar velhos problemas, como falta

de profissionais nas escolas, infraestruturas precárias e ausência do nosso plano de carreira.

Mas nossa categoria demonstrou que está disposta a avançar. Isso ficou expresso na participação histórica na assembleia de 19 de maio, e nas lutas até aquela data. Temos agora a oportunidade, neste XIII Congresso, de construir novas formas de resistência e de mobilização. Será um momento de unificarmos nossa força, e de reascender o espírito de luta que está enraizado no coração da nossa categoria.

Neste material, apresentamos a tese elaborada pela diretoria do SISMMAC e outras três contribuições. Convidamos você para a leitura e para a participação ativa nos debates e nas nossas lutas.

Tese I

XIII
CONGRESSO
DO SISMMAC
- DIREÇÃO -



Tese I

XIII Congresso do SISMMAC – Direção

I. Análise de conjuntura

No início do século XXI, os planos dos EUA de se configurar como única potência imperialista não se consolidaram, por outro lado, a aposta de um mundo multipolar, que emergiu em torno da construção dos BRICS¹,

¹ A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado "Building Better Global Economic BRICS". Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 15 abr. 2022.

também não se tornou exitosa. O que se torna realidade no cenário internacional é uma bipolarização: de um lado, EUA, Europa ocidental, Japão, Coréia do Sul, e do outro lado, China e Rússia. Após 2016, e especialmente com a eleição de Bolsonaro, o Brasil assume um projeto de subalternização aos EUA nesse cenário geopolítico internacional. E sobre a posição que o Brasil ocupará neste cenário, a eleição de 2022 será decisiva.

Um ponto importante para o debate da conjuntura

internacional são as crises do Capital do período de 2008. Partindo de um grau de abstração mais elevado para chegar a um grau de determinação concreta, as crises econômicas não devem ser vistas somente como elementos próprios do capitalismo, ou seja, as economias capitalistas transcorrem de maneira saudável e, às vezes, são acometidas por crises que se instauram nelas. As crises expressam as contradições próprias do capitalismo, são funcionais e cumprem um papel primordial, à medida que desorganizam o tecido social e econômico. Como tais, as crises constituem condições objetivas para que o capitalismo se recoloque e se refaça, impondo um padrão de acumulação qualitativamente superior que repercute na relação capital e trabalho, especialmente no que diz respeito à remuneração da força de trabalho.

Após 2008, para que o Capital pudesse retomar um grau qualitativo e superior de acumulação capaz de reatar

o crescimento da economia mundial e suas altas taxas de lucros, as respostas passaram a ser buscadas no **neoliberalismo ultraconservador**, e não no neoliberalismo tradicional – que, como reflete Nanci Fraser, ainda conseguia ser progressista, em certa medida, nos valores e costumes. Esse **neoliberalismo ultraconservador**, embora comprometido com o status quo do Liberalismo econômico, assume uma faceta fascista na política. Tais características ficam evidentes com o avanço da Nova Extrema Direita no mundo, com a expressão de personalidades como Trump e Bolsonaro.

Na América latina, a partir de 2015, também se verifica uma retomada de iniciativa do governo dos EUA, conseguindo desgastar os chamados governos progressistas e independentes²,

2 Venezuela (1998), Brasil (2002), Bolívia e Nicarágua (2006), Equador (2007), Paraguai (2008), El Salvador (2009), os governos tiveram a orientação progressista. De forma geral, no ano de 2009, a América Latina chegou a ter ao menos doze presidentes de esquerda e centro-esquerda.

gerando o crescimento dos setores de extrema-direita que passaram a disputar o poder do Estado. A perspectiva de queda na produção de cada país, o aumento da inflação, do endividamento público, o aumento do desemprego e a queda do número de horas trabalhadas em 18 países do continente reordenaram sua configuração.

No Brasil, vivemos desde 2016, ano do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, um ambiente político de seguidas rupturas com a institucionalidade democrática e direitos fundamentais, garantidos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Recordamos que a CF de 1988, mesmo com suas contradições, representa o processo de transição de um regime autoritário para um regime democrático, um marco civilizatório para nossa sociedade. A Carta previa a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas, tais como a igualdade de gênero, a criminalização do racismo e a proibição da tortura, e estabeleceu

direitos sociais como educação e saúde.

Recordamos as centenas de milhares de mortes evitáveis que ocorreram durante o curso da pandemia, em razão de ações e omissões do governo Bolsonaro. A ocultação de dados, o negacionismo científico (com desincentivo às medidas preventivas, como o emprego de máscaras e o isolamento social), a compra e a distribuição de medicamentos sem eficácia cientificamente comprovada – e o incentivo para que a população utilizasse tais medicamentos em vez das medidas preventivas –, a ausência de testagem em massa, além do descaso no planejamento para a compra de vacinas na escala necessária à imunização acelerada de nossa população. Ministros e o Presidente da República questionaram diversas vezes as medidas preventivas e, ostensivamente, estimularam aglomerações para fins político-eleitorais, a par do desprezo e sarcasmo com que trataram as dezenas de milhares de mortes

que se avolumavam em número crescente. (CONAPE, 2022).

Em 2022, a economia brasileira não tem sido capaz de gerar postos de trabalho suficientes e de qualidade, e o cenário de inflação descontrolada corrói o poder de compra da população. Esse desastre se refletiu, neste ano, na maior inflação do mês de abril, desde 1995. As incertezas no plano internacional, diante dos riscos da nova variante do Coronavírus e, principalmente, a equivocada política econômica do Governo Federal – cujas posturas transformaram o Brasil em uma espécie de pária mundial – apontam que 2022 repetirá o cenário de baixo crescimento e inflação ainda em patamar elevado.

Assim, com um mercado de trabalho ainda deprimido e altamente precarizado, e poder de compra corroído pela inflação, o consumo interno não se tornará um vetor relevante de crescimento. Além disso, o investimento público, -- que também poderia ser uma

alavanca para o crescimento econômico, -- não parece estar nos planos do Governo Federal. Com essas referências, o número de pessoas desocupadas, no cenário otimista, poderia diminuir cerca de 200 mil, mas poderia aumentar em quase dois milhões de trabalhadores em busca de ocupação, no cenário pessimista. (DIEESE, 2022)

O auge da pandemia, de 2020 a 2022, foi marcado por intensos protestos de rua no Paraguai, Brasil, Chile, Peru, Equador, Haiti, Guatemala, seja pelas más condições de vida, seja pela ausência de políticas de combate à pandemia, ordenando e ficando difícil traçar uma tendência que não a de intensa luta de classes e movimentações constantes. Não há, hoje, um cenário definido em médio prazo. É fato que nesses períodos governos de traço populares ou progressistas vencem novamente as eleições em países como Argentina, Bolívia, e, pela primeira vez, no México, Chile e Peru. Com amplas possibilidades também na

Colômbia e no Brasil. No entanto, podemos dizer que esses governos assumem seus mandatos em uma conjuntura de crise mais aprofundada do que no início dos anos 2000.

A situação brasileira no início de 2022 é dramática: um país devastado, não apenas pela pandemia e omissão do Governo Federal no combate à Covid-19, mas pela política econômica que aprofundou a desigualdade social, aumentou a pobreza e a fome. A inflação crescente tem impacto maior para as pessoas de menor renda e, no mercado de trabalho, o desemprego bate recordes e as ocupações criadas são, principalmente, informais, de modo que o mercado consumidor interno não tem força para promover um crescimento sustentável da economia. Além desses, outros indicadores apontam que 2022 será mais um ano de dificuldades na economia brasileira e no mercado de trabalho, com desemprego e perda do poder de compra dos salários, causada pela inflação (DIEESE, 2022).

No que se refere à Educação, verifica-se nela uma forma de legitimação da política e da linha econômica implementada por cada Governo. Assim, no campo da política educacional, vivenciamos alguns avanços significativos após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96); a constituição em 1996 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), com sua implementação no ano de 1998, a posterior conversão deste ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), no ano de 2007; e a promulgação da Lei nº 11.738 de 2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e garantiu direitos como hora-atividade e remuneração. Como consequências dessas conquistas, observamos a ampliação do número de matrículas de estudantes em todos os níveis de ensino e a

contratação e ampliação dos quadros do magistério por todo país, e também em Curitiba. E, em certa medida, um ciclo virtuoso nas políticas de valorização do magistério.

Contudo, desde o golpe de 2016, vimos o aprofundamento da crise institucional e da restrição a direitos e conquistas, cuja materialidade maior, decorrente do impeachment, foi a promulgação da Emenda Constitucional 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir um novo Regime Fiscal. O regime fiscal, instituído pela EC 95/16, estabeleceu o orçamento do ano de 2017 como base para os orçamentos para os próximos 20 anos, não possibilitando crescimento nos investimentos e despesas do governo em hipótese alguma, independentemente do crescimento econômico ou demográfico nas duas décadas seguintes. Tal regra impactou especialmente a educação pública, causando a suspensão

ou indefinição para as políticas educacionais, a interrupção das contratações de profissionais da educação e a deterioração das condições de trabalho para os profissionais em todo o país.

Com a eleição de Bolsonaro em 2018, o projeto de destruição do estado brasileiro se intensifica, e se consolida na precarização da força de trabalho, através da Reforma trabalhista e Reforma da Previdência, ataques à soberania nacional, com a entrega irrestrita das nossas riquezas energéticas, destruição ambiental e massacres aos povos originários. Uma rede de ódio, autoritarismo e barbárie se estabelecem. Na prática, o atual governo atenta contra o povo brasileiro e sinaliza para a progressiva militarização do Estado, observada mais amplamente no loteamento dos Ministérios. Assim, um conjunto de avanços institucionais e normativos, arduamente conquistados, são esvaziados, fazendo retroceder os avanços nas áreas da saúde, da educação e de tantas outras políticas públicas

relevantes para a garantia do bem-estar social do povo brasileiro. Vivemos hoje uma crise sanitária, ambiental e de política econômica e educacional que atinge milhões de brasileiros.

Nos anos de 2020 e 2021, no auge da pandemia, as desigualdades sociais e educacionais são extremadas, sendo que as desigualdades educacionais e os prejuízos aos estudantes seriam ainda mais graves, não fosse o empenho e o compromisso de professoras e professores que se dedicam à manutenção de vínculos, não raras vezes sem recursos e condições objetivas, com realidades desiguais de acesso a equipamentos, conteúdos curriculares e formação, sem a necessária disponibilidade de conexão de internet de alta qualidade, com Wi-Fi livre.

Entre os poucos avanços observados no período recente, temos a aprovação do FUNDEB permanente, através da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, uma conquista extremamente

importante para a educação básica pública brasileira, fruto especialmente do trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e suas filiadas, em meio a um cenário de extremo arrocho fiscal imposto pelas Emendas 95 (“teto de gastos”) e 109 (fruto da PEC Emergencial), com consequências danosas para o conjunto das políticas sociais, inclusive a educação. O FUNDEB possui salvaguardas que permitem investir na qualidade da educação básica e na valorização de seus profissionais, e não podemos retroceder nessas conquistas e, sobretudo, é necessário rejeitar ataques ao serviço público que estão tramitando, como a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa do governo de Jair Bolsonaro).

Nas assembleias legislativas, câmaras de vereadores e Congresso Nacional, projetos de lei são apresentados com o objetivo de implementar a autodenominada “Escola sem Partido” ou, em nossa visão, uma

verdadeira “Lei da Mordança”, que visa silenciar e criminalizar os professores. Muito embora exista decisão que estabelece que tais medidas não sejam de competência desses entes federativos, por motivações populistas, vereadores e deputados seguem apresentando projetos nesse sentido, inclusive em Curitiba e pelo estado do Paraná.

No Estado do Paraná, o governador Ratinho Júnior, do PSD, tomou como prioridade o projeto bolsonarista de implantação de escolas cívico-militares pelo país. Em 14 de setembro de 2021, o governador enviou à Assembleia Legislativa do Paraná um projeto de lei para instituir o programa de educação militarizada no estado. A proposta tramitou em regime de urgência e foi aprovada em sessões remotas, no dia 29 do mesmo mês, apenas 15 dias após ser apresentada. Uma semana depois, em 6 de outubro, o governador sancionou a lei proposta por ele mesmo. No dia 26 de outubro, o governo

anunciou que 216 das cerca de 2 mil escolas da rede estadual de ensino haviam sido escolhidas para integrar o programa cívico-militar, uma proporção não vista em nenhuma outra unidade da federação.

A política de militarização de escolas públicas no Brasil, talvez, seja a mais simbólica expressão do retrocesso educacional no país, especialmente por conta de sua defesa no programa de governo de Jair Bolsonaro. O Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR) se manifestou pela inconstitucionalidade da militarização das escolas no estado paranaense. A decisão, disponível na ADI 6791 no Supremo Tribunal Federal (STF), foi encaminhada ao ministro Dias Toffoli. O parecer do órgão foi contra os colégios cívico-militares, criados pela Lei 20.338/2020. No documento, o MP pede que seja declarada a inconstitucionalidade material dessa lei, uma vez que o Programa “Colégios Cívicos-Militares” do Paraná representa intromissão militar na escola

pública, transmuda militares da reserva em profissionais da educação sem a prestação de concurso público, transgride a liberdade de aprender e ensinar, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a valorização dos profissionais de educação, assegurados na Constituição da República.

Atrelado aos ideários ultraneoliberais do governo Bolsonaro, Ratinho JR e o Secretário da Educação do Paraná aprofundam o processo de privatização do Estado, entregando o gerenciamento de escolas e o próprio currículo para empresas privadas, a mercantilização da educação se materializa no estado através de contratos com empresas privadas como a Unicesumar, responsável por contratar professores para que estes ministrem aulas aos estudantes.

Na conjuntura municipal, as eleições municipais de 2020 garantiram um segundo mandato a Rafael Greca (DEM), reeleito prefeito da capital com 499.821

votos, o equivalente a 59,74% dos votos válidos. A eleição garantiu também uma das legislaturas mais conservadoras da história da Câmara Municipal, alinhada politicamente ao Executivo, e uma redução da bancada de oposição, dificultando ainda mais a proposição de pautas favoráveis aos trabalhadores do magistério público municipal.

Em dezembro de 2021, tendo como justificativa o déficit atuarial do Instituto, foram aprovadas a Emenda 21/2021 à Lei Orgânica do Município de Curitiba e a Lei Complementar 133/2021.

O plano de carreira permanece suspenso desde seu congelamento em 2017 e a ausência de professores para cobrir as licenças e afastamentos impede, muitas vezes, a garantia da totalidade da hora-atividade no cotidiano das unidades educacionais. Em seis anos de gestão, a política desenvolvida por Rafael e Greca e seus aliados, fez com que o número de servidores na ativa passasse de 34 mil para 26 mil e na Rede Municipal de

Ensino de Curitiba, tivemos redução no número de profissionais.

Por ter mais habitantes que os municípios vizinhos, da Região Metropolitana, e ter uma arrecadação maior, Curitiba sempre pagou, historicamente, maiores salários a seus servidores públicos. Entretanto, nos últimos anos, a política de descaso e desvalorização criou uma grande defasagem do salário real do funcionalismo municipal da capital paranaense, que a cada dia tem menos poder de compra.

Curitiba arrecada, em média, cerca de 90% a mais do que os municípios da Região Metropolitana. Porém, muitas cidades menores oferecem remunerações maiores a seus servidores. É o caso de Pinhais, onde os salários são 10% maiores; Araucária, com 11% de diferença; e São José dos Pinhais, que paga 15% mais a seus servidores públicos do que a capital.

De 2017 a 2021, o percentual do Fundeb aplicado em remuneração caiu de 90% para 78%, e o percentual da receita resultante de impostos a ser aplicado em educação vai

de 27,97%, em 2017, para 25,58% em 2020. Ou seja, cada vez mais próximo do mínimo constitucional, aplicando a lógica do mínimo como teto.

No contexto da pandemia, a necessária reorganização das aulas não deveria ser confundida com a simples construção de alternativas autoritárias, burocráticas e descontextualizadas, para substituição ou reposição de aulas ou para subsumir-se ao calendário escolar, como observamos a opção tomada pela SME-Curitiba.

Um dos principais efeitos da pandemia no mundo do trabalho foi a generalização do trabalho remoto. Trabalhar em casa pode aumentar o tempo total de trabalho pago e não pago das mulheres, e muitas vezes esses tempos de trabalho se interpõem. O distanciamento social e o aumento da carga não remunerada relacionada ao trabalho remoto afetam uma sociedade já marcada por significativas desigualdades de gênero. Ser a principal responsável pelo trabalho

reprodutivo traz numerosas e duradouras implicações para as mulheres, como a redução do tempo disponível para trabalho remunerado e várias experiências de discriminação no mercado de trabalho. Somando-se a esse contexto, a pandemia de Covid-19 aumentou o trabalho reprodutivo não remunerado, pois o distanciamento social impôs o fechamento de locais de trabalho, escolas, restaurantes e serviços governamentais que auxiliam na reprodução da força de trabalho (FARES; OLIVEIRA; ROLIM, 2021).

Reconhecemos a importância das tecnologias da informação e do conhecimento no contexto dos enormes avanços produzidos pela sociedade. É evidente, entretanto, que estas não possam ser consideradas como um fim em si mesmas ou para substituir a educação em toda sua extensão. Tampouco, devem se apresentar como soluções improvisadas e únicas para o problema de reposição das atividades suspensas ou, ainda, para atacar o magistério público

ou como impulsionadoras da privatização e mercantilização na educação. É preciso garantir processos político-pedagógicos que promovam a qualidade da educação e sua materialização na forma presencial, considerando os prejuízos à aprendizagem dos estudantes, em virtude do período de isolamento social.

Conforme dados divulgados, relativos ao 6º bimestre de 2021, observou-se que a Receita Corrente acumulada no ano de 2021 (janeiro a dezembro) apresentou aumento de 11,24% em relação ao mesmo período de 2020. Já a Receita Corrente Líquida da LRFM apresentou aumento de 14,77% no acumulado de 2021 (jan-dez), em relação ao mesmo período de 2020. Na comparação de 2021 com a previsão deste ano que consta na LOA de 2022, observamos que as Receitas Correntes foram 24,62% maiores que o previsto, e a Receita Corrente Líquida da LRFM foi 25,40% superior, constatando que as projeções da Prefeitura eram extremamente pessimistas.

II. Conjuntura sindical

No estágio atual do capitalismo, nos deparamos com dois grandes limites estruturais para desenvolvermos a solidariedade de classe entre as/os trabalhadoras/es: a reconfiguração da classe trabalhadora e a ideologia neoliberal. O atual padrão de concorrência capitalista impõe ao redor do globo a redução da regulação pública do trabalho e, portanto, maior liberdade empresarial para decidir como contratar, como remunerar e como organizar o trabalho. Ou seja, aumenta ainda mais o poder do capital sobre o trabalho. Concomitantemente, a disputa da identidade se torna mais central. Se a/o trabalhadora/or não se identifica enquanto tal, ela/e não se organizará como trabalhadora/or.

Os sindicatos, especialmente no governo Bolsonaro, estão sob forte ataque e desestruturação, não obstante, precisamos reafirmar os sindicatos, ferramenta

sindical da classe trabalhadora brasileira; o socialismo como projeto histórico e elemento que orienta estrategicamente nossa ação política, e a democracia como central na construção das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras e da própria sociedade como um todo.

A concepção sindical não se resume em mera reprodução em forma de palavra de ordem. Ela deve ser atualizada em seu sentido estratégico e deve compor uma cultura política sindical renovada. Assim, a concepção sindical faz parte de um programa, ou seja, de uma compreensão comum sobre os acontecimentos e as tarefas. Para tanto, é fundamental adotar um método para análise de conjuntura, percebendo a relevância do contexto para a tomada de posições, bem como a compreensão sobre como as transformações atuais no capitalismo impactam o sindicalismo.

Tendo em vista uma concepção sindical, democrática, plural emancipatória, nos propomos, primeiro, a entender a conjuntura do movimento sindical no município de Curitiba, especialmente no que diz respeito ao Sindicato do Magistério Municipal de Curitiba/SISMMAC.

O SISMMAC é um conquista das/os trabalhadoras/es do magistério desde 1988. Prestes a completar 34 anos de história, sempre esteve na vanguarda da organização e luta das/os trabalhadoras/es. Conquistamos em Curitiba um dos primeiros planos de carreira que respeitava a maior habilitação acadêmica das/os professoras/es, e antes mesmo da hora-atividade estar na pauta nacional, já nos anos de 1980, o magistério curitibano tinha garantido parte da jornada para estudos e planejamento.

A partir de 2017, o funcionalismo municipal perdeu direitos duramente conquistados

nos últimos 30 anos. Os retrocessos se estendem para além das condições de carreira e salário, passam também pelo desmonte de nosso sistema previdenciário e de saúde, IPMC e ICS, respectivamente. O “pacotão”, em Curitiba, representou a consolidação de uma política nacional de desmonte do Estado, dos Sindicatos, e mais especificamente do ataque às/aos servidoras/es públicas/os. Uma política levada a cabo pelas forças ultraneoliberais e ultraconservadoras que tomaram de assalto o país.

Dessa forma, nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2021, ocorreu a eleição do SISMMAC, com a participação de 5.459 professoras/es sindicalizadas/os da ativa e aposentadas/os. Mesmo com as restrições imposta pela pandemia, a participação ao longo dos três dias superou o quórum de 2/3 das/os sindicalizadas/os exigido pelo estatuto do SISMMAC e demonstrou

o desejo de mudança nos rumos da direção da entidade com a eleição da chapa de oposição “Enfrente, Magistério”, que obteve mais de 60% dos votos válidos.

De outubro do ano passado até abril deste ano, houve um crescimento de 5% no número de filiadas/os ativas/os, 238 pessoas. Já no número de filiadas/os aposentadas/os, o crescimento para o mesmo período foi de 2,7%, sendo 84 pessoas. No total, são 8.327 matrículas.

O SISMMAC foi um sindicato filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Nossa entidade, por não possuir representação jurídica como central sindical, poderia contar com a CNTE para nos representar em acordos coletivos e processos, especialmente nas cortes superiores, inclusive o SISMMAC ocupou a Secretaria de Assuntos Jurídicos pela atuação que teve na ação direta de inconstitucionalidade, na qual se questionava a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério e aposentadoria especial dos

diretores, coordenadores, supervisores e pedagogos, leis 11738/2008 e 11301/2006”.

Segundo o artigo 103 da Constituição Federal, podem ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN): o presidente da República e o governador de estado; as mesas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de Assembleia Legislativa; o Procurador Geral da República; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e

confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Desse modo, sem afiliação a uma confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, o SISMMAC não tem legitimidade para propositura de ações que tratem de lei ou projetos de lei de caráter inconstitucional.

Sobre o fato de não estarmos filiados a nenhuma Central, observamos um prejuízo para a categoria, pois além da impossibilidade de representação junto ao judiciário, conforme

explicitado anteriormente, também nos apartamos tanto das lutas gerais como das lutas nacionais da Educação. Obviamente, que lutas locais vão direcionar as ações do sindicato para atendimento da pauta específica da categoria, porém, o localismo e o sectarismo nos aprisionam num mundo sem mediações com a pauta nacional. Há a necessidade urgente de discutirmos com toda a categoria a necessidade de rearticularmos as lutas desenvolvidas nos âmbitos estadual e nacional, devolvendo ao SISMMAC protagonismo em lutas que transcendem os limites geográficos de Curitiba.

Ainda com o objetivo de aproximar e envolver o magistério nas lutas mais amplas da sociedade brasileira, é fundamental que as/os profissionais do magistério de Curitiba envolvam-se na defesa do Serviço Público e dos próprios servidores públicos, aderindo à pauta progressista e à plataforma de luta aprovada no mês de abril, na ocasião da terceira edição da Conferência Nacional da Classe

Trabalhadora (Conclat), que foi organizada pelas centrais sindicais do País (CUT, Força Sindical, UGT, CSB, CTB, Nova Central, Conlutas, Intersindicais e Pública). A Conclat 2022 apresentou a “Pauta da Classe Trabalhadora”, documento que será a bandeira unitária do movimento para as eleições de outubro próximo, com propostas sobre os temas emprego, direitos, democracia e vida.

Estamos há poucos meses de testarmos a capacidade de convocação do povo brasileiro para derrotar o fascismo, o ultraneoliberalismo, a violência e tudo de abominável simbolizado no Bolsonaro e no bolsonarismo. Precisamos desenvolver e priorizar a convocação da nossa classe para uma grande expressão política da correlação de forças na luta de classes, estamos muito perto de um momento histórico profundo e definidor. Temos um amplo debate a fazer com o povo trabalhador, precisamos defender uma ideia progressista e de esquerda de Estado, de relações de trabalho, de serviço

público e de Educação Pública. Precisamos da revogação de todas as medidas que retiraram direitos e sucatearam o serviço público no Governo Temer e Bolsonaro. Temos que ter autonomia política frente

a qualquer governo e organizar a luta em defesa do Serviço Público, garantindo às/aos servidoras/es salários dignos, carreira, aposentadoria e investimentos do Estado em políticas públicas.

III. Proposta de trabalho para o sindicato

O sindicato deve ser uma organização democrática e se organizar pela Base

O sindicato é necessário para a construção de uma sociedade emancipadora, e deve ser um órgão de frente única das/os trabalhadoras/es, uma organização para todas/os as/os trabalhadoras/es. Nosso desafio é dialogar com aquelas/es que ainda não se convenceram da importância da luta política. Uma organização democrática deve garantir que divergentes posições políticas existentes na categoria tenham canais para disputar a adesão das/os trabalhadoras/

es. Devemos, no debate político, construir estratégias para o convencimento de quanto os ideários neoliberais são destrutivos para o conjunto das/os trabalhadoras/es das populações mais pobres e que dependem do Serviço Público.

Propomo-nos a organizar a categoria a partir dos locais de trabalho. O trabalho de base é uma prática que consiste na visita dos membros da direção sindical às/aos trabalhadoras/es, onde elas/es estão, seja em seus

locais de trabalho, de moradia ou de convivência cultural e na construção de dirigentes nos locais de trabalho, transformando os locais em um espaço vivo

de discussão e consciência política, mantendo a categoria mobilizada e consciente da importância da luta para garantir os seus direitos.

1. Plano de Lutas

1.1 - Fortalecer o C.R. como espaço político e deliberativo – superando a visão de que é apenas um espaço de informes e poucos encaminhamentos das pautas dos locais de trabalho, mas caracterizando-o como espaço de discussões e deliberações da categoria.

1.2 - Transformar o C.R. em espaço de discussão e formação nas áreas de política sindical, políticas públicas, estudos do orçamento municipal, e estudos que contemplem integralmente as pautas do magistério, em todas as suas especificidades.

1.3 - Elaborar, em conjunto com os Representantes por Local de Trabalho, um projeto

que contemple interesses e necessidades que fortaleçam a relação entre a escola e o sindicato.

1.4 - Dinamizar o formato das assembleias do SISMMAC, para que elas possam retomar o trabalho de base, com **visitas frequentes** aos locais de trabalho.

1.5 - Realizar e fomentar atividades formativas de base para a Organização no Local de Trabalho (OLT).

1.6 - Garantir formações a partir das necessidades apontadas pela base, considerando as especificidades das etapas e modalidades da educação garantidas na RME, considerando

a diversidade das escolas, dos CMEIs e dos CMAEs, e outros equipamentos.

1.7 - Organizar **encontros virtuais** por escola, levantando as principais demandas e reivindicações (coletivas e individuais) dos docentes, para

a construção participativa de pautas de reivindicações concretas.

1.8 - Organizar **cursos e seminários** para debater com mais qualidade a pauta do magistério, as políticas públicas e o orçamento de Curitiba.

O sindicato deve lutar por Carreira, Vencimento e Condições de Trabalho

Não há como pensar a valorização do magistério sem pensar na remuneração, no respeito por parte da sociedade e na formação para o exercício da profissão. A docência é um ofício complexo. E existem inúmeras variáveis no ato de ensinar, são dezenas de estudantes em uma sala, com realidades e históricos diferentes.

Apesar de termos conquistado, em janeiro, na Câmara Municipal de Curitiba, a aprovação de projetos de lei que estabeleceram a recomposição da inflação do último período para os servidores

municipais, os trabalhadores do magistério e de outras categorias têm acumulado perdas nos últimos 10 anos. As dívidas da Prefeitura com o funcionalismo se acumulam, prejudicando os servidores, que sofrem com a gradativa corrosão do seu poder de compra e a degradação da qualidade de vida de suas famílias.

Em 2013, por exemplo, o salário inicial dos professores da rede municipal era de R\$ 1.531,71. Atualizado pela inflação, o valor deveria ser de R\$ 2.610,07, acima dos R\$ 2.325,19 pagos em 2022.

Mais de 30% da categoria está no inicial da tabela de vencimentos há uma década. É urgente a retomada de uma política de

valorização pela prefeitura de Curitiba, com a efetivação do Plano de Carreira conforme a Lei 14544 de 2014.

2. Plano de Lutas

2.1- Lutar pela revogação do pacote e pela implementação do plano de carreira (Lei 14.544/2014).

2.2 - Lutar por concursos públicos.

2.3 - Retomar a luta anual por data-base.

2.4 - Lutar por pagamento pela maior habilitação acadêmica, e pela valorização do tempo de serviço.

2.5 - Lutar por vale-alimentação independentemente do número de padrões dos profissionais do magistério.

2.6 - Lutar por regras objetivas para o remanejamento dos profissionais da educação, evitando decisões arbitrárias do RH.

2.7 - Lutar por auxílio-transporte fixado em lei, com garantia de valor fixo para cada padrão, que contemple o regime integral de trabalho (RIT), e sem desconto.

2.8 - Lutar para garantir, no mínimo, os padrões de dimensionamento de pessoal determinados pelo PME (lei 1.468/2015).

2.9 - Combater políticas de meritocracia e avaliação de desempenho associadas ao plano de carreira.

2.10 - Lutar por 30% de investimento para educação.

2.11 - Combater a terceirização, o contrato precário e a contratação de PSS.

2.12 - Lutar pela abertura de novas matrículas e de mais turmas nas escolas de 6º ao 9º anos da rede.

2.13 - Lutar por melhoria na infraestrutura das escolas e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) e nos Centros Municipais de Atendimentos Educacionais Especializados (CMAEEs).

2.14 - Lutar por uma Educação em Tempo Integral de qualidade.

2.15 - Lutar por garantia de 33% de hora-atividade nos CMEIS.

2.16 - Lutar por eleições democráticas para direção dos centros municipais de educação infantil.

2.17 - Lutar pela contratação de profissionais de apoio concursados e com formação adequada para atuação na Educação; lutar por transparência na lista para atuação na Educação Especial.

O sindicato deve ter independência de classe, organizar o conjunto da classe trabalhadora e estar nacionalmente articulado nas lutas

Não há como pensar a valorização do magistério sem pensar na remuneração, no respeito por parte da sociedade e na formação para o exercício da profissão. A docência é um ofício complexo. E existem inúmeras variáveis no ato de ensinar, são dezenas de estudantes em uma sala, com realidades e históricos diferentes.

Apesar de termos conquistado, em janeiro, na Câmara Municipal de Curitiba, a aprovação de projetos de lei que estabeleceram a recomposição da inflação do último período para os servidores municipais, os trabalhadores do magistério e de outras categorias têm acumulado perdas nos últimos 10 anos. As dívidas da Prefeitura

com o funcionalismo se acumulam, prejudicando os servidores, que sofrem com a gradativa corrosão do seu poder de compra e a degradação da qualidade de vida de suas famílias.

Em 2013, por exemplo, o salário inicial dos professores da rede municipal era de R\$ 1.531,71. Atualizado pela inflação, o valor deveria ser de R\$ 2.610,07, acima dos R\$ 2.325,19 pagos em 2022.

3. Plano de Lutas

3.1 - Atuar com independência e autonomia frente a governos, partidos políticos e outros movimentos.

3.2 - Administrar o sindicato com transparência e participação dos sindicalizados na gerência do patrimônio, mantendo e ampliando os espaços de deliberação.

3.3 - Iniciar nesta gestão, a discussão com a categoria sobre a filiação do SISMMAC à CNTE, e a

importância de o SISMMAC somar-se à luta dos mais de 4 milhões de trabalhadores representados pela confederação nacional das/os trabalhadoras/es da educação.

3.4 - Defender a plataforma aprovada na conferência nacional da classe trabalhadora (CONCLAT)/2022, que apresentou uma “pauta da classe trabalhadora”, para as eleições de outubro próximo, com propostas sobre os temas: emprego, direitos, democracia e vida.

O feminismo como elemento estruturante do sindicalismo combativo

O feminismo é elemento essencial na luta contra a

desigualdade e deve ser, por isso, incorporado à agenda central do

sindicato. A compreensão dos aspectos econômicos relacionados à opressão sobre as mulheres e dos mecanismos de reprodução dessa opressão através da relação entre a dominação de classe e o patriarcado (a ideologia e a prática da dominação masculina) é tarefa fundamental. A opressão sobre as mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação. Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da

força de trabalho; aumentar a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão e competição de interesses e privilégios dentro da própria classe trabalhadora. O sistema capitalista separa a esfera da vida pública e doméstica e responsabiliza as mulheres pelos trabalhos na esfera doméstica. Partimos do princípio da necessidade de compartilhamento do trabalho doméstico entre homens, mulheres e Estado e de cuidado com a vida humana.

4. Plano de Lutas

4.1 - Lutar com o conjunto da sociedade para garantir e ampliar políticas públicas para as mulheres.

4.2 - Empoderar as mulheres para participarem da vida pública.

4.3 - Lutar pela redução das várias formas de violência contra as mulheres.

4.4 - Lutar pela garantia de direitos, principalmente no que concerne à ocupação dos espaços de poder dentro e fora da escola.

4.5 - Garantir voz e protagonismo das trabalhadoras da categoria (predominantemente feminina).

4.6 - Incluir e fortalecer pautas ligadas aos desafios que atingem

as mulheres – como dupla jornada, saúde da mulher e outras.

4.7 - Lutar em conjunto com demais movimentos pelas pautas das mulheres.

4.8 - Criar ações de combate à violência contra a mulher.

4.9 - Criar um coletivo de mulheres, objetivando momentos de estudo e empoderamento.

4.10 - Criar, no sindicato, um núcleo de apoio e acolhida para professoras vítimas de violências.

A luta antirracista como elemento estruturante do sindicalismo combativo

O combate ao racismo e a luta pela promoção da igualdade racial deve vir acompanhada de uma perspectiva mais ampla da compreensão da luta social e dos esforços a serem empregados na construção de uma hegemonia alternativa. A busca pela

superação do paradigma do racismo e pela conquista da cidadania efetiva da população negra passa pela dinâmica de organização e ampliação das articulações que objetivam o combate ao racismo e a superação do sistema capitalista.

5. Plano de Lutas

5.1 - Articular-se aos movimentos que discutem pautas antirracistas.

5.2 - Garantir aos professores formação continuada e

aprofundada em torno da história e da cultura, envolvendo questões étnico-raciais (sobretudo afro-indígena no Brasil), com pesquisa e produção baseadas nas diferenças regionais de Curitiba.

5.3 - Promover ações conjuntas com a assessoria de promoção e igualdade racial, e com o Conselho Municipal de Política Étnico-Racial (COMPER).

5.4 - Conquistar uma vaga para o SISMMAC no COMPER.

5.5 - Construir um coletivo antirracista de professoras e professores.

O sindicato precisa representar as/os aposentados e defender a aposentadoria e o IPMC

As reformas, tanto a previdenciária quanto a trabalhista, fazem parte das políticas neoliberais que estão sendo implantadas no país por uma elite econômica que não se importa com as duras consequências que a classe trabalhadora sofre. A tentativa mais recente de obter um Estado de bem-estar social foi com a Constituição Federal de 1988. Porém, foram criadas emendas à Constituição, chamadas Cidadã, limitando a atuação do Estado para com a classe trabalhadora. Em nível mundial, o neoliberalismo se fortalecia espalhando o pensamento de “Estado mínimo”, ou seja, a atuação do Estado nas necessidades das populações deve ser mínima.

No Brasil, o mínimo sempre é em relação ao Social, reduzindo gastos com a seguridade e assistência social, com educação, saúde e tudo o que envolve as necessidades básicas da população. O que veio fortalecer o desmonte do Estado foi a promulgação da Emenda Constitucional 95 de 15/12/2016, que congelou por vinte anos gastos com saúde e educação, culminando com a aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017. Esta favorece o trabalho informal, retirando a responsabilidade dos grandes empresários, bem como direitos trabalhistas fundamentais.

Em 2019, com o silêncio da maioria da população, de forma

aligeirada, é aprovada em Brasília a EC103/19, que altera o sistema nacional de previdência, atingindo substancialmente o regime geral da previdência social que foi conseguido com muita luta. A aplicabilidade da lei passou a ser facultativa nos regimes próprios de previdência nos estados e municípios.

Os cortes orçamentários com educação e saúde são visíveis, de modo que muitas universidades não conseguem manter os próprios projetos. Toda essa ideologia neoliberal (de morte e retrocesso) é passada -- e reproduzida -- pela maioria dos governos estaduais e municipais de todo o Brasil. No Paraná e em Curitiba não foi diferente: para completar o quadro de professores e funcionários nas escolas, o prefeito Rafael Greca, utiliza-se da terceirização -- em 2019 -- através de Processo Seletivo Simplificado (PSS), eximindo-se, naquele momento, do concurso público.

No município de Curitiba foi aprovada a lei complementar municipal 133 de 15/12/2021, que modifica as regras de previdências

de forma muito perversa. E, para precarizar ainda mais as condições de vida e trabalho do professor na ativa, a licença prêmio o quinquênio e o anuênio foram congelados, seguindo as definições da Lei Complementar Federal 173/20. Para os aposentadas/os, no final de abril/2022 a gestão Rafael Greca (DEM), taxa na folha de pagamento 14% mensais a partir do ganho de dois salários mínimos, causando diminuição na renda familiar, fazendo com que muitos aposentadas/os tenham dificuldades para comprar remédios, vestuários e suprir a manutenção da casa.

São direitos adquiridos com muito trabalho, estudo e suor, que estão sendo retirados. Essa sobretaxa de 14% trará uma penalização dupla para aquelas e aqueles que passaram a vida toda contribuindo com a previdência. As aposentadas e aposentados contribuíram grandemente para a construção do Estado do Paraná e da Capital, Curitiba. Muitos estão em um período de vida no qual adquiriram muitas comorbidades e necessitam de medicamentos especiais e

alimentação adequada para essa fase da vida, além de vários deles serem as/os provedoras/es da renda familiar.

A direção do SISMMAC tem expressado em suas ações a necessidade de acolhida e de levar a termo as lutas com as/os filiadas/os aposentadas/os. Tem realizado encontros mensais, atividades recreativas e de convivência, e organizado a luta contra os ataques impostos pela gestão Greca. É importante

registrar que atualmente há um espaço/sala INTERGERACIONAL na sede do sindicato, onde as/os aposentadas/os se encontram para acolhimento, estudos, análises, discussões e busca de estratégias de ação para o segmento, como forma de viabilizar o atendimento às demandas do segmento das aposentadas e aposentados do magistério municipal de Curitiba, desde as atividades de formação e luta, como as atividades lúdicas e culturais.

6. Plano de Lutas

6.1 - Lutar para revogar a Reforma da Previdência.

6.2 - Dar visibilidade nos meios de comunicação e redes sociais do SISMMAC às questões dos aposentados e aposentadas.

6.3 - Atender, resguardar, defender e lutar por todos os direitos e interesses das/os aposentadas/os, buscando soluções e encaminhando propostas.

6.4 - Realizar mensalmente reunião do coletivo de aposentadas/os.

6.5 - Promover passeios culturais e recreativos por ano.

6.6 - Realizar Seminário de pré-aposentadas/os.

6.7 - Incentivar campanha de filiação e manutenção das filiações das/os aposentadas/os do SISMMAC.

6.8 - Participar como representação nos conselhos municipais que envolvam temáticas das/os aposentadas/os.

6.9 - Envolver o Coletivo de Aposentados nas pautas regionais e nacionais, das entidades sindicais de grau superior, das políticas públicas para aposentadas e aposentados.

6.10 - Realizar uma conferência das/os servidoras/es aposentadas/os.

6.11 - Lutar pela isenção da cobrança das/os aposentadas/os com doenças graves.

6.12 - Lutar por isonomia e paridade das/os aposentadas/os em relação às conquistas de carreira e salário do pessoal da ativa.

6.13 - Defender uma concepção de REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIO E SOLIDÁRIO e um IPMC que atenda as pautas históricas das/os servidoras/es municipais.

Um sindicato combativo na luta pela Saúde das/os trabalhadoras/es

Na rede municipal de educação de Curitiba, as/os profissionais do magistério têm vivenciado a perda de direitos, a desvalorização profissional e social, fatores que ocasionam estresse e aumento do quadro de diagnósticos de transtornos psiquiátricos e mentais, além de outras doenças associadas à profissão, como

distúrbios vocais e problemas ortopédicos, entre outros. A questão é muito preocupante, podendo ser observada nos diálogos estabelecidos entre as/os docentes, que passam a incorporar à linguagem cotidiana do trabalho os códigos do sistema clínico, como diagnóstico, sintomas e medicação. O

afastamento das atividades laborais ocorre com frequência, no entanto, sem modificar o meio em que se originou o sofrimento.

O período pandêmico, ocasionado pelo coronavírus, também resultou em muitos quadros de depressão, pelas perdas de entes queridos e adoecimento das/os próprias/os professoras/es. Na RME de Curitiba, o excesso de trabalho prescritivo, que fora realizado nesse período, marcado pelo preenchimento de planilhas e acompanhamento de videoaulas, por exemplo, agravou quadros de estresse e transtorno de ansiedade. Por ser uma categoria essencialmente feminina, e nossa sociedade ser fortemente marcada pelo

machismo estrutural, para as mulheres, junto à sobrecarga de trabalho designada pela SME, somaram-se as demandas do lar e cuidados com familiares, exaurindo-as ainda mais. Mas esses fatores foram ignorados pela SME na volta às aulas presenciais.

Discutir a saúde da/o trabalhadora/or em Educação é essencial, pois trata-se de uma profissão com especificidades, na qual a/o professora/or se desenvolve à medida em que forma outros cidadãos, numa relação de alteridade. Para tanto, objetiva-se um plano de ação que envolva prevenção e melhorias das situações que levam ao adoecimento docente.

7. Plano de Lutas

7.1 - Estabelecer parcerias com universidades federais nas áreas médicas e psicológicas, para realizar estudos diagnósticos e de prevenção do adoecimento e sofrimento mental das/os profissionais do magistério.

7.2 - Detectar fatores que provocam o adoecimento no trabalho e planejar ações para combatê-los.

7.3 - Buscar assessoria profissional com médica/o e técnica/o em segurança do

trabalho, para qualificar a pauta de reivindicações junto à PMC.

7.4 - Combater o assédio moral e defender a gestão democrática.

7.5 - Cobrar da gestão equipamentos ergonômicos em todos os locais de trabalho.

7.6 - Fomentar ações de promoção da saúde física e mental da/o trabalhadora/or, como eventos esportivos e culturais.

7.7 - Criar um grupo de trabalho (GT) para discutir e elaborar um plano estratégico a ser apresentado à PMC, tratando dos temas diretamente relacionados

à saúde das/os servidoras/es do magistério municipal, como:

7.8 - Garantir amparo legal e político para que as/os profissionais com laudo médico e readaptados possam exercer dignamente suas funções.

7.9 - Participação nos conselho do ICS e luta pela paridade nos conselhos administrativo e fiscal do ICS.

7.10 - Revisão da normativa de aceite de declarações de consulta e tratamento para servidoras/es, e suas/eus dependentes.

7.11 - Lutar pela melhoria do atendimento do ICS e pela sua conversão em autarquia municipal.

A comunicação do sindicato em tempos de Fake News

Conforme nos ensina Leminski, as palavras são mais do que símbolos linguísticos: elas carregam diferentes tons axiológicos,

ou seja, são documentos socioideológicos, vindo a ser importantes instrumentos de luta, principalmente em tempos de

*“A pá lavra a terra,
A palavra faz
A paz e a Guerra.”
(Paulo Leminski)*

advento da cibercultura, e suas múltiplas formas de comunicação digital, que agilizam processos, reduzem distâncias, mas que, se não forem utilizadas com ética, também podem confundir e alienar.

Nesse sentido, a luta sindical precisa estar atenta à veiculação das notícias, de modo que elas

cheguem de forma rápida e adequada aos sujeitos, evitando que a categoria fique exposta às fake news ou informações fragmentadas e de difícil compreensão.

Nessa acepção, um compromisso ético com a palavra pressupõe ações bem planejadas.

8. Plano de Lutas

8.1 - Renovar a comunicação do sindicato para reaproximar a categoria ao SISMMAC.

8.2 - Manter a categoria informada sobre todas as ações do sindicato e seus direitos.

8.3 - Dialogar diariamente com a base sobre as dificuldades enfrentadas e discutir propostas e soluções para elas.

8.4 - Transformar a comunicação do sindicato em instrumento de luta da categoria, potencializando as ações coletivas.

8.5 - Levar as pautas da categoria à população curitibana, conquistando apoio para nossas lutas.

8.6 - Criar campanhas constantes de valorização da categoria e fortalecimento do serviço público, das/os servidoras e da Educação.

Política Institucional, Financeira e Jurídica para o SISMMAC

O SISMMAC foi fundado em 1988. Desde essa data não houve

atualização e alterações no estatuto da entidade, assim

sendo, é urgente a adequação do documento. Nesse sentido, precisamos debater amplamente com a categoria a importância de mudanças estatutárias. Da mesma forma, hoje se faz necessária a criação de um fundo de sustentação jurídico para enfrentar sucumbências, indenizações e custas de processos coletivos, com o risco, em caso de derrota, de ter que arcar com os honorários da Procuradoria do Município.

Tal dispositivo que fortalece a solidariedade nas ações coletivas e busca reduzir o prejuízo do patrimônio da categoria em caso de derrota em alguma ação coletiva. As multas que,

porventura, a Prefeitura pague por descumprimento de acordo coletivo ou lei, também serão revertidas para o fundo. Importante salientar que o fundo de sustentação jurídico, como o próprio nome diz, só poderá ser usado para pagar assistência técnica (serviços de contabilidade, pareceres, etc.), e saldar débitos em caso de derrota coletiva ou individual em ações coletivas ajuizadas pelo Sindicato. Não poderá ser usado para outro destino, como, por exemplo, expandir o patrimônio ou contratar serviços para a greve. O Sindicato também deverá prestar contas desse fundo no Balanço financeiro e patrimonial e dar publicidade a esse valor.

9. Plano de Lutas

9.1 - Elaborar uma proposta de alteração e atualização no Estatuto vigente, até o final da atual gestão do Sindicato, e realizar assembleia específica com a participação da categoria, ativas/os e aposentadas/os.

9.2 - Manter a prestação de contas mensalmente no site do sindicato.

9.3 - Manter as contribuições ao Fundo de Greve e Campanha de Lutas e também ao Fundo para Manutenção/Ampliação da Sede.

9.4 - Garantir Filiação das/os Profissionais do Magistério em Regime de PSS ao SISMMAC.

9.5 - Realizar campanha de filiação para aumentar o quadro de profissionais do magistério associado ao sindicato.

9.6 - Reduzir o percentual de 8% da arrecadação destinado à contribuição para movimentos sociais de trabalhadores ou movimento de trabalhadores em formação (estudantes) para 3%. No mês em que o valor não for usado integralmente no apoio desses

movimentos, o valor restante será utilizado para ações de Formação da Categoria.

9.7 - Destinar orçamento com dotação mínima de 2% da arrecadação nas atividades diversas do coletivo de aposentadas/os.

9.8 - Compor um Grupo de Trabalho para estudar e propor um documento- referência para a formatação do fundo para o Jurídico, que deverá ser apresentado em assembleia a toda a categoria do magistério municipal.

Um sindicato da Educação precisa debater Pautas Pedagógicas

Em 2019, o que parecia improvável aconteceu: as escolas fecharam suas portas e o trabalho seguiu de forma remota. Nós, professoras/es tivemos que nos adaptar a toda uma rotina de trabalho remoto, sem que nos fossem dados os subsídios formativos e estruturais, tanto para o uso das novas ferramentas

tecnológicas, como para as novas metodologias de ensino-aprendizagem, necessárias ao período. E, na urgência de dar uma resposta à sociedade, sem consultar as/os docentes, a SME optou por gravar videoaulas que atingiram poucos estudantes, devido ao conteúdo nem sempre adequado ao nível de

aprendizagem e pela dificuldade de acesso dos estudantes aos meios de transmissão.

Assim, retornamos às escolas com dificuldades expressivas nas aprendizagens e a SME não se designou a planejar ações para

esse novo cronotopo escolar. Considerando essa problemática educacional pós período de ensino remoto, e as demais fragilidades do gerenciamento pela SME das questões pedagógicas, propomos:

10. Plano de Lutas

10.1 - Lutar pelo cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME).

10.2 - Promover ações de enfrentamento às concepções curriculares adotadas pela SME.

10.3 - Lutar por contratação de mais profissionais nos CMAEES, visando reduzir as filas de avaliações psicopedagógicas e a ampliação da capacidade de atendimento.

10.4 - Reivindicar formações sem rupturas (entre inicial e continuada) – com base em discussões cientificamente fundamentadas e mediadas por profissionais especializados (com pesquisas em suas áreas de atuação).

10.5 - Constituir um coletivo pedagógico no SISMMAC para garantir protagonismo nas proposições político-pedagógicas e curriculares para a RME.

10.6 - Lutar para que a prefeitura supra a demanda de professores de Educação Física nas escolas, em cumprimento da lei 9.394/1996.

10.7 - Refletir sobre as perspectivas e tendências para a Educação Física escolar na SME.

10.8 - Discutir a Educação Física escolar e seus pressupostos teórico-metodológicos, envolvendo pesquisadores que debatem a disciplina a partir de uma perspectiva crítica.

10.9 - Discutir as problemáticas das diretrizes pedagógicas desenvolvidas pela equipe de Educação Física da SME e, coletivamente, elaborar um documento norteador para superá-las.

10.10 - Reivindicar um processo de formação dos professores de Educação Física da RME de Curitiba, com uma perspectiva permanente.

10.11 - Lutar por pedagogas presentes nos dois turnos dos CMEIs.

10.12 - Lutar para que a PMC/SME assegure, de forma permanente, no mínimo 2 (duas) profissionais do magistério em todas as turmas de pré-escola lotadas em escolas.

10.13 - Lutar para que a PMC/SME assegure estrutura material (salas adequadas, brinquedos, estrutura para manutenção da higiene das crianças e dos materiais utilizados pelas crianças) e pessoal, para o desenvolvimento do trabalho com as turmas de pré-escola lotadas em escola.

10.14 - Lutar pela garantia de funcionamento e abertura de novas turmas nas 11 escolas de anos finais do Ensino Fundamental.

10.15 - Lutar por formações específicas das disciplinas que compõem os anos finais do Ensino Fundamental.

10.16 - Lutar por melhoria da infraestrutura das escolas, com espaços físicos e laboratórios que contemplem as diversas áreas de conhecimento.

10.17 - Acolher e acompanhar juridicamente as/os professores que atuam de forma excedente nas escolas.

10.18 - Cobrar o investimento na FORMAÇÃO CONTINUADA e na valorização dos profissionais que atuam na Educação Especial, na perspectiva inclusiva teórico/prática.

10.19 - Organizar um coletivo envolvendo profissionais que atuam na Educação Especial, visando discutir pautas específicas desse

segmento e promovendo ações formativas.

10.20- Lutar pela volta das/os psicólogas/os e fonoaudiólogas/os nos CMAEEs, visando uma avaliação psicopedagógica mais completa e atendimento especializado às/aos estudantes.

10.21 - Lutar pelo cumprimento da Lei Federal 13.935/2019, de 11

de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas da Educação Básica.

10.22 - Lutar por uma Educação Inclusiva pautada numa concepção de desenvolvimento do ser em sua integralidade, considerando todos os sujeitos envolvidos no processo, e respeitando os seus Direitos Educacionais e Humanitários.

Referências Bibliográficas

ARTIGAS, N. **A política da hora-atividade da rede estadual do estado do Paraná: diferentes ângulos de uma mesma foto.** 156 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2013.

CALDAS, A. do R. **Trabalho docente e saúde: inquietações trazidas pela pesquisa nacional com professores(as) da educação básica.** In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Org.), Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 429-445.

CEPAL, **Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe.**

CONAPE. **Documento de Referência Conferência Nacional Popular de Educação.** Brasília, 2022. Disponível em https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2022/02/documento_referencia_da_conape_2022_final.pdf. Acesso em 06 abr 2022.

DIEESE. **Boletim de conjuntura, São Paulo, número 31, novembro/dezembro de 2021.** Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura31.html>. Acesso em 06 abr 2022.

FARES, Lygia Sabbag; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROLIM, Lílian Nogueira. **Gênero, trabalho remoto e trabalho reprodutivo não remunerado no Brasil durante a pandemia de Covid-19.** In: Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.72, 2021- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2021. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/>

stories/PDFs/mercadodetrabalho/211125_bmt72_nt_2_2.pdf. Acesso em 06 abr 2022.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M. B.; ASSUNÇÃO, A. A. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde.** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/GdZKH9CHs99Qd3vzY5zfmnw/?format=pdf&lang=pt>

GOUVEIA, A. B.; CRUZ, R. E.; OLIVEIRA, J. F.; CAMARGO, R. B. **Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano.** In: RBPAE – v.22, n.2, p. 253-276, jul./dez. 2006. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/12847/5/Artigo%20-%20Andr%c3%a9a%20Barbosa%20Gouveia%20-%202006.pdf> Acesso em 14 abr 2022.

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir.** Expressão Popular, 2018.

HEREDIA, **Socialismo como alternativa aos dilemas da humanidade.** Expressão Popular, 2020.

JACOMINI, M. A.; PENNA, M. G. de O. **Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional.** Pro-Posições, Campinas, v. 27, n. 2 (80), p. 177-202, maio/ago. 2016.

JARDIM, R.; BARRETO, S. M. B.; ASSUNÇÃO, A. A. **Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(10):2439-2461, out, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/Nd7TLqmNgKmdPDKkG7DwxnH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 14 abr 2022.

LINERA, Álvaro Garcia. **Tensões Criativas da Revolução.** Expressão Popular, 2019.

PACHIEGA, M. D.; MILANI, D. R.C. **Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal-estar docente: uma contribuição sob a ótica psicanalítica.** In: Dialogia, São Paulo, n. 36, p. 220-234, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6244> Acesso em 18 abr 2022.

PONTES, F. R.; ROSTAS, M. H. S. G. **Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo.** In: Revista Thema, [S. l.], v. 18, n. ESPECIAL, p. 278-300, 2020. DOI: 10.15536/thema.V18.Especial.2020.278-300.1923. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923>. Acesso em: 18 abr. 2022.

RAFANHIM, L. **Decisões judiciais e valorização dos profissionais do magistério de Curitiba. Dissertação** (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SERAFINO e VIELMA. **Radiografia de un país bajo asedio.** Mision Verdad. Caracas, 2019.

THEODOROSKI, E. F. **Condições de Trabalho e Alocação de Docentes da Educação Básica: Uma Análise dos Professores Temporários no Município de Curitiba.** Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2020.

Tese II

**QUAL
A SITUAÇÃO
DA EDUCAÇÃO?**



Qual a situação da educação?

A educação não pode ser tratada como mercadoria. As políticas educacionais implantadas por sucessivos governos em parceria com grupos empresariais e elaboradas conforme a cartilha dos organismos internacionais, têm submetido ainda mais a escola aos interesses do mercado, prejudicando a formação dos estudantes e restringindo ainda mais a autonomia dos professores e a participação das comunidades escolares.

As aulas presenciais foram retomadas em todo o país sem a garantia das devidas condições sanitárias, com superlotação de

salas de aulas e com falta de profissionais.

Os governos ainda se aproveitaram da pandemia para aplicar políticas de ataques à educação, como a implantação da Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas medidas dificultam o acesso dos estudantes trabalhadores à escola com o fechamento do noturno, diluem as disciplinas, enxugam o currículo e aprofundam as privatizações, permitindo que empresas atuem dentro das escolas públicas, inclusive na parte pedagógica. Esse modelo aprofunda as desigualdades

educacionais, disponibilizando aos filhos dos trabalhadores um currículo empobrecido, com parte dos conteúdos voltados ao marketing e ao “empreendedorismo”.

Essas políticas afetam diretamente as escolas da prefeitura pois, a gestão das escolas também vai se tornando cada vez mais empresarial. Os profissionais da educação recebem salários de miséria, sem aplicação do plano de carreiras, sem crescimento com base na formação. Apesar das tentativas, Bolsonaro não conseguiu barrar a lei do piso nacional, mas governadores e prefeitos não querem cumprir a lei, congelam os salários retiram direitos, e se apoiam no discurso da meritocracia para atacar os direitos e a carreira dos docentes e funcionários.

A precariedade na Educação pública por meio do Ensino à Distância (EaD) ou pelo Ensino Remoto, realidade nas prefeituras do estado, pode ser vista na prática com a redução do

número de professores, tanto no nível superior quanto médio, mas também de todos os profissionais da Educação, principalmente os trabalhadores terceirizados da limpeza, que estão sendo mandados embora.

Há muito tempo, os governos vêm sucateando a educação pública, através de políticas de corte de verbas, corte de funcionários, corte nos reparos na estrutura física e na formação dos profissionais da educação.

Política essa com única finalidade de privatizar o ensino básico no país, pois força as famílias a buscarem uma alternativa de ensino de maior qualidade na iniciativa privada, que vem crescendo ano após ano na capital, principalmente na educação infantil e fundamental (0 aos 11 anos).


Fonte

(<https://www.bemparana.com.br/noticia/rede-publica-de-ensino-encolhe-no-parana-enquanto-a-particular-cresce#.X0zv9ihKgy4>).

A falta de infraestrutura básica nas escolas já era um problema, seja tecnológica ou de estrutura física. Com o ensino remoto esses problemas se aprofundaram seja com limite de acesso à internet por alunos que moram nas periferias, seja com o regime de trabalho em que os profissionais de Educação

foram submetidos, pois também encontraram dificuldades de acesso a essas plataformas online.

As aulas remotas como equivalência do período escolar corroboram com um ensino elitista e sem qualidade na prefeitura de Curitiba e em outros municípios. Por isso precisamos exigir:



Que as tecnologias e os avanços produtivos sejam usados a favor da classe trabalhadora, e não para excluí-la!

Em defesa da Escola pública!

Fim do vestibular, pelo acesso direto de todos ao ensino superior!

Pela suspensão do calendário escolar e o não retorno enquanto durar a pandemia!

Não à privatização e precarização da educação! Por mais verbas para a educação pública, gratuita e de qualidade!

Por uma educação socialista num Brasil socialista!

Retorno às aulas presenciais somente quando houver vacina e condições reais de segurança para toda a comunidade escolar!

Tecnologia disponível para todos os alunos!

Não às demissões, pela estabilidade dos terceirizados da educação!

Como os profissionais da educação de Curitiba enfrentaram esse período?

A rede municipal de ensino atende aproximadamente 140 mil crianças e estudantes matriculados nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), e nos Centros de Educação Infantil (CEIs). No entanto, segue um modelo educacional que representa uma política de desmonte da educação pública seguida pelo governo federal e aplicada no âmbito municipal. Por isso, apresentamos um balanço das principais medidas aprovadas e defendidas pela prefeitura de Curitiba.

Fruet, prefeito de Curitiba de 2013 a 2016 pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), seguido de Greca, atual prefeito que já passou pelo PDT, PMDB, PFL e agora é do Partido da Mobilização Nacional (PMN), ambos defenderam um projeto na câmara dos vereadores para congelar os planos de carreira dos servidores da

educação, extinguindo 31 cargos. Votação essa que foi contra uma forte mobilização dos servidores, legitimando como prioridade desta gestão transformar a prefeitura em um cabide de emprego.

A Justiça entendeu que o prefeito Rafael Greca deu um calote no conjunto do magistério e exigiu o enquadramento dos professores no novo plano de carreira de acordo com a sentença. Esse direito foi adquirido pela categoria em 1º de dezembro de 2016, como estabelecia a lei 14.544/2014, ou seja, os professores estão sem receber um salário justo há mais de quatro anos.

Greca também atacou o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC) retirando R\$ 695 milhões do IPMC. Em 2020 e em meio a uma pandemia, Greca quis pegar carona na Reforma da Previdência,

imposta por Bolsonaro em 2019, aumentando o desconto do funcionário para 14%, jogando nas costas do servidor o problema que ele mesmo causou.

Outro problema desta prefeitura é a sua postura hesitante no caso dos servidores idosos com idade a partir de 60 anos que continuam sendo convocados pela administração para trabalhar presencialmente nas diversas secretarias.

Essa prefeitura ao invés de chamar os servidores já aprovados nos concursos públicos, a administração avança no desmonte da educação pública

com o aumento das contratações precarizadas via Processo Seletivo Simplificado (PSS). Ou seja, não é só durante a pandemia que a situação dos professores vem se agravando, mas sim vem acontecendo há um bom tempo.

É de extrema necessidade que haja conselhos escolares em que os pais, profissionais da educação e a comunidade estejam juntos pressionando para que estes sejam deliberativos e não somente consultivos, para exigir a garantia de acesso aos filhos da classe trabalhadora a um ensino de qualidade. Por isso, devemos defender:

Condições dignas de trabalho aos trabalhadores da educação!

Tempo coletivo para reuniões pedagógicas dentro da jornada de trabalho!

Política de saúde aos trabalhadores da educação: promoção, prevenção e tratamento!

Formação continuada de qualidade, vinculada às universidades públicas!

Tempo para os trabalhadores da educação preparar suas aulas, rumo a 50% de hora atividade!

- Diminuição da jornada de trabalho sem redução de salário para os funcionários das escolas!
- Concurso público para os trabalhadores da educação!
- Centro de educação para a juventude dos bairros populares, com atividades de contraturno, incluindo lazer e cultura!
- Pela manutenção das eleições para direções escolares e rotatividade de dois anos nas escolas!
- Pelo fortalecimento dos conselhos escolares, que estes ocupem um espaço deliberativo e não meramente consultivos!
- Reposição salarial dos trabalhadores da educação!
- Garantia de educação alimentar nas escolas!

Não é verdade que não tem dinheiro para investir em educação!

A gestão Greca havia previsto um investimento de 26,42% em educação, de acordo com o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, mas nem esse baixo índice foi atingido pela Prefeitura. Outro dado importante é que a previsão orçamentária desrespeita o Plano Municipal de Educação, que exige

um percentual mínimo de 30% do orçamento para a área.

Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que, em 2019, a educação pública do município recebeu apenas 25,38% do orçamento, o menor

percentual desde 2009 (na gestão de Luciano Ducci- PSDB).

Ou seja, o investimento para educação municipal de Curitiba vem caindo ano após ano, algo que podemos observar também no âmbito nacional principalmente com os investimentos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que representa uma parcela de 60 a 65% de tudo o que se investe na educação pública, cerca de R\$ 150 bi anuais. Esse dinheiro vem dos cofres dos estados e municípios fazendo uma redistribuição, ou seja, os estados mais ricos financiam os mais pobres. Assim também acontece nos municípios, sustentando com precariedade do Ensino Médio às creches públicas, já que a distribuição é calculada de acordo com o número de alunos matriculados, sendo uma média de 1,30 por aluno segundo o site todos pela educação.

O problema é que este fundo permite a municipalização de todo o ensino básico, deixando prefeitos

e empresários de mãos livres para fazerem a farra com o dinheiro destinado ao ensino, garantindo a mercantilização da educação e conseqüentemente a privatização, deixando o ensino público cada vez mais sucateado.


O governo Bolsonaro esse ano buscou retirar o dinheiro da Educação pública através do FUNDEB tentando transferir esse dinheiro para instituições privadas e para um novo programa chamado "Renda Brasil". No entanto, nem a prefeitura de Curitiba representada por Greca, nem o governo do estado com Ratinho Jr. se posicionaram contra esse corte de recursos na educação pública.

Bolsonaro, Ratinho e Greca estão na contramão das reais necessidades dos estudantes, professores e da comunidade. Todos estão aliados a projetos conservadores e de aliança com empresários, que querem cada dia mais transformar a educação em mercadoria, para servir de lucro.

Por isso, a luta para manter o FUNDEB neste momento é importante, pois o fim deste fundo

pode significar o sucateamento ainda maior da educação pública. Percebemos com esses dados que há um desmonte da

educação pública, que se inicia na esfera federal e vai até as redes municipais. Para garantir educação para todos, devemos defender:

- 
- Garantia do investimento municipal de 30% em Educação pública!
 - Suspensão imediata do pagamento da dívida pública!
 - Fora Bolsonaro e Mourão, já!
 - Estatização das escolas privadas!
 - Ampliar a vinculação da receita para educação!
 - Aumento do fundo de participação dos municípios!

Fontes

https://mid.curitiba.pr.gov.br/contaspublicas/2020/01/An8_EDUC_1B20.pdf

<https://www.marxismo.org.br/o-fracasso-da-educacao-a-distancia-no-parana/?fbclid=IwAR2-JcpXdyKOOonKMcEdv-tTHyRDcy5pz4mUs7zaj-Ygmwd4Ncko1J8MagCw>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

<https://www.dieese.org.br/>

<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos>

Política de desmonte na educação pública de Curitiba

Um dos reflexos desta política de desmonte da educação pública é em relação à qualidade de ensino. Na rede municipal de Curitiba, segundo os dados do Qedu, os índices de reprovação dos terceiros anos das escolas públicas municipais atingiram 8,4% em 2018, bem menores que no ano anterior que foi de 9,4%, e vem em uma diminuição constante desde 2014 que eram de 11,4%. Infelizmente, se compararmos aos dados do IDEB, isso não reflete em qualidade de ensino (parâmetro do próprio governo), mas sim de aprovar sem dar condições de aprendizagem aos alunos.

No entanto, é fundamental destacar o papel do Banco Mundial e a interferência nos índices de reprovação, pois o professor acaba assumindo um papel de mediador burocratizado no qual aplica as avaliações e trabalha o que é determinado pelas avaliações

nacionais, dificultando o vínculo dos alunos com a aprendizagem.

Outro fator importante para entender o reflexo dessa política de retirada de recursos à educação pública é visível com os dados de analfabetismo no Paraná que em 2019 subiu de 405.510 para 454.491 pessoas. Esse aumento no número de analfabetos começou desde 2016 para 2018, que segundo o IBGE foi de 13%. Esse número reflete ainda mais nas mulheres negras do que nos homens e nas pessoas consideradas brancas ou pardas.

Sem professores e sem investimento em educação, a prefeitura neste período de pandemia teve um aumento de 2 mil alunos na rede municipal de Curitiba transferidos das escolas privadas, o que forçará ainda mais o trabalho das professoras com salas de aulas superlotadas deixando cada vez mais distante a educação

pública de uma educação de qualidade.

Na educação infantil, o problema é maior, afetando principalmente as mães trabalhadoras com a falta de vagas, deixou quase 8 mil crianças na fila em 2018, segundo o ministério público do Paraná (MP-PR), impedindo milhares de mães de conseguir trabalhar ou estudar por não ter onde deixar seus filhos. Em 2019, esse número aumentou, passando de 9 mil crianças com

idade de 0 a 3 anos, principalmente nos bairros da região sul.

A Secretaria Municipal de Educação afirmou que o município atende cerca 55% do total de crianças da capital. Em comparação ao ano anterior, a demanda reduziu em 217 vagas, no entanto, o número de crianças na fila de espera só aumentou principalmente nos bairros periféricos da cidade como demonstrado na tabela abaixo:

Demanda de vaga em creches por regionais - 2018/2019

Regional	2018	2019	Variação
Bairro Novo	1462	1580	118
Boa Vista	929	1011	82
Boqueirão	866	792	-74
CIC	1794	1687	-107
Cajuru	1118	1026	-92
Matriz	195	59	-136
Pinheirinho	678	610	-68
Portão	502	556	54
Santa Felicidade	602	607	5
Tatuquara	1178	1179	1
Demanda Total	9324	9107	207

Fonte

<https://www.plural.jor.br/noticias/poder/curitiba-tem-deficit-de-nove-mil-vagas-em-creches-municipais/>

A situação de falta de vagas continua principalmente para o primeiro ano do fundamental e para o terceiro ano, aos quais chegou-se a ter lista de espera em algumas escolas entre 20 a 50 crianças. Outro fator muito marcante nesta gestão são turmas lotadas com mais de 38 alunos dentro de uma sala de ensino fundamental, descumprindo o Parecer CEED nº 1.400/2002, que recomenda até 25 alunos no 1º ano; do 2º ao 4º ano até 30 alunos e do 5º ao 8º ano até 35 alunos, que reflete um total descaso com a educação

de qualidade já que as crianças nessa idade ainda necessitam de apoio individualizado, pois estão em processo de alfabetização.

Com se não bastasse a falta de vagas e salas superlotadas, as escolas sob responsabilidade do prefeito Rafael Greca também apresentam falta de inspetores, pedagogos, secretários e outros profissionais importantes para o pleno funcionamento das escolas e centro de educação infantil. Para ter uma educação de qualidade para a classe trabalhadora, devemos exigir:

Mais creches! Nenhuma criança sem atendimento público!

Salas de aula com menos alunos! Possibilitando assim uma atenção ao desenvolvimento da aprendizagem dos educandos. Número reduzido de alunos em sala que houver alunos de inclusão!

Contratação imediata de inspetores, pedagogos, secretários e outros profissionais da educação!

Garantia de um salário às mulheres que têm filhos e que não terminaram os estudos, para que possam concluir seus estudos!

Diminuição da jornada de trabalho, para que os estudantes possam terminar os estudos!

Fim das avaliações externas! Autonomia aos professores para avaliarem seus alunos!

Erradicação do analfabetismo na cidade através da ampliação do programa de Educação de Jovens e Adultos!

Fontes

<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/09/13/analfabetismo-aumenta-13percent-em-dois-anos-no-parana-diz-ibge.ghtml>

<https://paranaportal.uol.com.br/cidades/curitiba-rmc-litoral/curitiba-tem-melhor-ensino-publico-do-pais-de-1o-a-5o-ano/>

<https://www.bandab.com.br/geral/municipio-recebeu-1-997-pedidos-de-transferencias-de-estudantes-de-escolas-privadas/>

<https://www.bemparana.com.br/noticia/numero-de-estudantes-professores-e-escolas-despencam-no-parana#.XyG8mdJKhdg>

<https://www.alertaparana.com.br/noticia/4623/evasao-escolar-atingiu-89-mil-alunos-no-pr-em-2018>

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=20233>

<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/falta-de-vagas-em-creches-de-curitiba-deixa-quase-8-mil-criancas-na-fila-diz-mp.ghtml>

Como esse desmonte da educação pública afeta as mulheres?

A falta de vagas na região metropolitana de Curitiba ultrapassa 2 mil alunos. Essa situação é

especialmente grave porque atrasa a entrada das crianças no processo de aprendizagem e

cria dificuldades para as mães trabalhadoras. Elas dependem das escolas e creches públicas para poder deixar suas crianças em segurança, num espaço adequado para sua formação, e assim poderem trabalhar ou procurar uma recolocação frente ao alto índice de desemprego. Quando não há vagas, muitas precisam deixar suas crianças com familiares, muitas vezes sem estrutura e que geram custo ou mesmo deixar de trabalhar, comprometendo a renda da própria família e aumentando sua dependência financeira.

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 2014, mostrava que a ocupação de creches tem impacto direto na ocupação das mães. Das mulheres que tinham filhos de até 3 anos em creche, 64% tinham emprego. Entre as mulheres com filhos que não frequentavam creche, o percentual era 41,2%.

Outro fator que não podemos negar é que os alunos e trabalhadores da educação tenham o direito de debater, refletir e construir ações no sentido de

acabar com o machismo, racismo e LGBTfobia. Os temas vigentes em nossa sociedade podem e devem ser estudados em sala de aula, pois é dever da educação possibilitar uma reflexão crítica sobre nossa sociedade, sobre a exploração e opressão que a classe trabalhadora está submetida, bem como aulas de história da África e dos afrodescendentes, que é uma forma de também combater os preconceitos na sociedade como um todo. Os alunos devem ter o direito de compreender o abismo social entre negros e brancos, entre ricos e pobres, entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos.


No entanto, Curitiba insiste em colocar na câmara o Projeto de Lei Escola Sem Partido, conhecido também como Lei da Mordaça, pedida pelo vereador Serginho do Posto, no qual retira a liberdade do professor na escolha da metodologia, nas fontes científicas, na prática, pune o professor caso trabalhe conteúdos relacionados a valores e atitudes do contexto social em que vivemos. Deixando a

educação limitada às convicções morais dos pais, gerando um empecilho para o ensino de teorias científicas.

Outro tema importante que o desmonte da educação pública afeta diretamente as mulheres é a falta da educação sexual nas escolas e as abordagens sobre a violência de gênero, o combate ao machismo, o respeito à diversidade, a quebra da hegemonia dos corpos, o direito a uma maternidade e paternidade desejadas, bem

como o tratamento da interrupção voluntária da gravidez.

É necessário discutir a importância das escolas democráticas, em que os alunos, funcionários e professores possam escolher sobre os rumos da escola e da educação! Esse é apenas um começo para termos uma educação com mais qualidade, entretanto, só através de uma revolução que teremos um outro tipo de educação, realmente voltado para a sociedade. Por isso, devemos defender:

- 
- Não ao Projeto de Lei Escola Sem Partido!
 - Fora Damares e sua política conservadora e de reprodução das opressões!
 - Educação sexual, com debate de gênero e orientações, dentro de uma perspectiva socialista!
 - Construção de conselhos populares que dirijam o sistema escolar!
 - Por uma Educação Pública, Gratuita, de Qualidade e Laica!
 - Pela inclusão dos debates de sexualidade e gênero nas escolas!
 - Por uma educação integral!

Fontes

<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/mulheres-pobres-sao-prejudicadas-no-mercado-de-trabalho-por-falta-de-vagas-em-cmeis-158087/>

<https://appsindicato.org.br/professoras-e-estudantes-se-mobilizam-para-votacao-do-escola-sem-partido-no-stf/>

<https://sismmac.org.br/noticias/24/formacao/4958/escola-sem-partido-ameaca-a-educacao>

Assinam a tese

Samara Garrantini (CEI Francisco Frishmann), Soraia Paixão (Bairro novo do CAIC), Anderson Kachenski (App), Eliane Moreira Santos (Cei Francisco Frishmann), Cirlene C. Sampaio (CEI David Carneiro), Gislaine Calazãs da Silva (CEI Francisco Frishmann), Ivani de Fatima Michelin Pazello (CEI Francisco Frishmann)*, Maria de Fatima A. Ferreira (CEI Francisco Frishmann), Tangriane Becker (CEI Francisco Frishmann), Helza Magali dos Santos (CEI Francisco Frishmann), Maria do Rosário Santos (CEI Francisco Frishmann), Rosenéia de S. P. Martini (CEI Francisco Frishmann), Fabricia Batista Machado (CEI Francisco Frishmann), Veridiane N. Linhares (CEI Francisco Frishmann), Viviane M^a. Melo (CEI Francisco Frishmann), Eliane Roberti do Nascimento (EM Piratini), Daniela Trae Greco (CEI Francisco Frishmann), Sirlei Aparecida Martins de Oliveira (CEI Francisco Frishmann), Marcia Maria Seniske (CEI Francisco Frishmann), Lucilene Dias Augusto (CEI Francisco Frishmann), Veraci Santana (Aposentada).

Tese III

**COLETIVO
DE OPOSIÇÃO
JUNTOS SOMOS
MAIS FIRMES**

**XIII
CONGRESSO
DO SISMMAC**



Coletivo de oposição Juntos Somos mais Firmes

Outono de 2022

I. Análise de conjuntura

*Analisar a conjuntura
e fortalecer o
enfrentamento contra
os ataques do Capital
e de seus governos,
que na máquina do
Estado, administram as
medidas anticíclicas
necessárias para
manutenção desse
sistema, que sobrevive
da exploração e da
violência contra a
classe trabalhadora.*

“Existe alguém esperando por você
Que vai comprar a sua juventude
E convencê-lo a vencer
Mais uma guerra sem razão
Já são tantas as crianças com armas na
mão
Mas explicam novamente que a guerra
gera empregos
Aumenta a produção
Uma guerra sempre avança a tecnologia
Mesmo sendo guerra santa
Quente, morna ou fria
Pra que exportar comida?
Se as armas dão mais lucros na
exportação

A canção do Senhor da Guerra

Para agir na realidade nossa análise não pode ser ancorada na superfície dos acontecimentos, portanto nós, da Oposição à direção do SISMMAC Juntos Somos mais Firmes, nos esforçamos na tarefa de contribuir para a análise de forma apurada para desvelar à classe trabalhadora os ataques do Capital e de seu Estado. Eles tentam esconder, através de seus instrumentos de propaganda ideológica, seu movimento para manter o sistema a partir do aumento da exploração, da miséria e da violência contra os trabalhadores.

Poucos meses antes do início da pandemia, o Capital já dava indícios de que mais uma de suas crises cíclicas e periódicas se aproximava e com o advento da pandemia, o sistema operou para aprofundar os ataques à classe trabalhadora.

Demissões em massa, retirada de direitos tanto no centro do sistema (EUA) como nas economias dominantes da Europa se generalizaram e, para tentar conter a resistência a esses ataques, o Estado entrou com

investimento em políticas sociais para os desempregados nesses países, para tentar minimizar o estrago provocado pela tragédia da pandemia potencializada pela ação do Capital.

Desde o início da pandemia não foram poucas as greves de resistência que ocorreram nos EUA e em países da Europa, greves que reivindicavam desde a suspensão das atividades não essenciais durante a pandemia, como aconteceu na Itália, e greves que exigiam o devido reajuste nos salários em empresas que seguiram acumulando lucros durante a pandemia, como a greve dos metalúrgicos na John Deere - multinacional americana, onde ocorreu uma greve intensa e extensa em 2021.

Além da pandemia, o Capital também utiliza a guerra para sair de sua crise. Em fevereiro de 2022, iniciou-se a guerra entre Rússia e Ucrânia. Os aparelhos ideológicos de Estado tentam convencer as populações que é tão somente uma invasão da Rússia contra a Ucrânia, tentando esconder os interesses dos

EUA e da OTAN, organização militar criada para atender às demandas imperialistas, após a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, Putin tenta mostrar a força militar da Rússia ao Ocidente, e o presidente da Ucrânia tenta posar de herói quando na verdade é um escudeiro dos interesses imperialistas. Aos trabalhadores sobra o sofrimento das consequências da guerra.

Ao olhar a guerra sem enxergar o movimento do Capital associado aos Estados nacionais, a conclusão sobre o conflito descamba para a análise falsa e superficial, dissociando a guerra dos interesses imperialistas. Nos EUA, a produção industrial cresceu muito pouco, ou seja, o Capital ainda não conseguiu retomar seu ciclo virtuoso de expansão de lucros. Isso não é mero detalhe, mas elemento fundamental para analisar o conjunto das ações do Capital, que se dá por seus gerentes na máquina do Estado.

O governo americano mostra sua hipocrisia ao dizer que busca a paz quando na realidade é o Estado que mais provocou guerras e genocídios na história recente. A única bomba

nuclear até hoje utilizada foi lançada pelos EUA contra Hiroshima e Nagasaki. A pretexto de combater governos genocidas, o governo dos EUA tenta esconder que são os maiores patrocinadores das guerras que dizimaram milhões de vidas, seja no Oriente Médio, Ásia e África. A OTAN segue sendo o instrumento utilizado pela burguesia para servir aos interesses interimperialistas no centro do sistema (os EUA e as economias dominantes da Europa).

A guerra novamente beneficia as grandes indústrias bélicas, sejam aquelas que fornecem as armas enviadas à Ucrânia pelos EUA e OTAN, sejam aquelas que alimentam o Exército russo. Após o cessar fogo, entram no jogo as grandes indústrias da construção civil, para reconstruir o que foi destruído na guerra e para garantir a expansão do Capital com o controle de recursos naturais e outras mercadorias da localidade, como petróleo, gás, fertilizantes entre outras.

O que os aparelhos ideológicos do Capital tentam ocultar é exatamente o propósito da ação

dos Estados nacionais operando na guerra entre a Rússia e a Ucrânia, ou seja, uma guerra para potencializar as saídas da crise capitalista. Saídas que não são ocasionais, mas determinadas contra os que produzem a riqueza concentrada nas mãos dos capitalistas, a classe trabalhadora. A cada crise o Capital extermina empregos, salários, direitos e vidas. Ou seja, o Capital segue avançando nas saídas para tentar superar mais uma de suas crises, o que significa o aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora no mundo todo, inclusive às nossas vidas, seja se aproveitando da tragédia de uma pandemia, seja produzindo outra tragédia através da guerra.

No Brasil, o Capital opera com o governo genocida de Bolsonaro, para aprofundar a retirada de direitos. Pelo menos nos últimos 5 anos, o Capital operou a troca de seus gerentes na máquina do Estado para acelerar e aprofundar reformas que exterminaram direitos trabalhistas e sociais. O ascenso da direita em vários governos pelo mundo funcionou para o Capital

operar mudanças profundas nas legislações trabalhistas e previdenciárias, e potencializar a precarização das condições de trabalho.

Em capítulo recente da nossa história, vivemos outro período de ataques intensos e concentrados como o que vivemos agora. Na década de 90, a partir do Consenso de Washington, estabelecido no centro sistema, o Capital impôs uma nova reestruturação produtiva, alterou a legislação, atacou organizações da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que cooptou outras para a conciliação de classes. Esse período foi marcado por mudanças profundas no trabalho, em que se encontraram a inovação tecnológica e a precarização das condições de trabalho, onde a repressão e a cooptação foram utilizadas de forma combinada pelo Capital.

Os ataques impostos agora seguem a mesma lógica de criar mais mecanismos que possam diminuir o preço da força de trabalho: a uberização,

a pejotização, o desmonte da seguridade social e do emprego formal. Para esses momentos não são úteis ao Capital governos de conciliação de classes e sim aqueles que possam acelerar as reformas necessárias às suas demandas.

O Brasil é um bom exemplo desse movimento do Capital. Em 2016 através dos próprios mecanismos da democracia representativa burguesa, o Capital conseguiu impor o impeachment contra Dilma/PT. Na sequência, em 2017, seu vice Michel Temer/MDB impôs a principal reforma para o Capital nesse período, a reforma trabalhista, redigida diretamente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que teve como consequência o aumento do desemprego e a diminuição dos salários e direitos. Junto a isso, seu governo impôs, ainda no fim de 2016, o congelamento por 20 anos dos investimentos públicos em Saúde, Previdência, Educação, Saneamento, com a chamada PEC do Teto, que levou nossa categoria às ruas. Impôs também a ampliação irrestrita da terceirização, o que significou o

aumento das demissões, redução de direitos, diminuição dos salários e mais adoecimento provocado pelas péssimas condições de trabalho.

Em 2018, Lula liderava as pesquisas para a presidência e foi preso, num processo seletivo e arbitrário imposto pelo Judiciário, escancarando como as estruturas do Estado se movem a cada período para administrar as necessidades e interesses do Capital. Por mais que Lula tenha declarado minutos antes de ser preso continuar a ser ele aquele que reúne as condições para a busca do consenso, o Capital não buscava pactos naquele momento e sim o aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora.

O candidato da burguesia, Geraldo Alckmin (na época no PSDB), não emplacou e sendo assim, a burguesia não hesitou em impulsionar a candidatura do saudoso da ditadura militar, o racista, LGBTfóbico, misógino Jair Bolsonaro. Na mediocridade de seu mandato como deputado e na relação promíscua e orgânica com as milícias, Jair sempre fez questão de vociferar seu ódio à

classe trabalhadora, sua sanha em destruir direitos trabalhistas e as organizações da classe, principalmente os sindicatos.

Assim que tomou posse, Bolsonaro colocou em andamento seu projeto de exterminar direitos e destruir os serviços públicos, ataques esses já muito discutidos e enfrentados em nossas ações práticas, estando nós na direção do SISMMAC, na Intersindical e pelos demais sindicatos combativos pelo país.

No segundo ano de seu mandato, Bolsonaro escancarou seu asco pela vida da classe trabalhadora: negou a gravidade da pandemia, estimulou as aglomerações, combateu a vacina, jogou os trabalhadores na mira da morte, seja pelo vírus ou pela fome, recusando-se a viabilizar o Auxílio Emergencial, que só saiu por força da pressão das centrais/movimentos sindicais e movimentos sociais.

Desde a reforma da Previdência de 2019, e com os dois anos de pandemia, Bolsonaro tornou-se um medíocre funcional para o Capital. Impôs Medidas

Provisórias que possibilitaram aos patrões reduzir salários, diminuir direitos e segue tentando aprofundar os ataques da reforma trabalhista de 2017. Sua proposta de Carteira de Trabalho verde e amarela e seu grupo técnico de economistas e juristas patronais têm por objetivo propor a desregulação das contratações, a retirada de direitos, o rebaixamento dos salários e o ataque as organizações sindicais.

As ações do governo genocida possibilitaram a várias empresas a retomada e o aumento de seus lucros. Ele também tenta ampliar as privatizações, com o objetivo de entregar ao Capital todas as estatais que ainda podem se tornar mercadorias rentáveis. Aos trabalhadores, o resultado até aqui foi o aumento da carestia com os preços dos alimentos, dos combustíveis, do gás, da energia e de tudo que faz parte da subsistência, explodindo o desemprego, a fome e a miséria.

Bolsonaro paralisou a discussão da reforma administrativa por puro oportunismo eleitoral, pois seu

projeto é acabar com a estabilidade do funcionalismo público e reduzir direitos daqueles que atendem diretamente a população trabalhadora, e precarizar mais ainda os serviços públicos. O Brasil não é uma ilha apartada do mundo e o Capital opera nas condições desse pedaço do mundo as saídas para sua crise.

Aquilo que a maioria absoluta das centrais sindicais afirma ser um processo de desindustrialização do parque produtivo no Brasil, na realidade é o movimento do Capital através de suas multinacionais de se deslocar para outras regiões do

globo, buscando mais e melhores condições de exploração. Os conciliadores de classes usam do maior nível de ociosidade da indústria no Brasil nos últimos 20 anos para impor a falsa discussão de desindustrialização. Com isso, tentam confundir e envolver os trabalhadores em seu projeto que tem como base o investimento público nas empresas privadas, e principalmente o pacto que produza Convenções/ Acordos Coletivos nos quais os trabalhadores perderão mais direitos, enquanto o Capital retomará e ampliará seus lucros.

Unidade de ação para lutar, firmeza para não retroceder

Nós da Oposição à direção do SISMMAC- Juntos somos mais Firmes, junto à Intersindical temos nos empenhado para a construção de atividades, principalmente de mobilização em unidade de ação com as demais centrais sindicais e outras organizações e movimentos sociais, com o objetivo de ampliar

a luta em defesa dos direitos. Foi assim na luta contra a PEC do Teto em 2016, em 2017 na construção da greve geral contra a reforma trabalhista, em 2019 na luta contra a reforma da Previdência, e tem sido assim nas ações de enfrentamento contra os ataques do governo Bolsonaro. Aqui em Curitiba,

quando estávamos na direção do SISMMAC estivemos na linha de frente na organização desses dias nacionais de luta, contribuindo para romper as cercas das categorias e fortalecer a luta do conjunto da classe trabalhadora.

Para nós, o que importa é buscar nos espaços de unidade de ação impulsionar as mobilizações, sem nenhuma ilusão de que a maioria das centrais sindicais, como a CUT, avançará para uma luta direta contra os ataques do Capital e de seus governos, pois seu projeto estratégico é a conciliação de classes.

Dessa forma, participamos da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizada em 7 de abril de 2022, e lá defendemos que é preciso ir além das eleições e exigir do próximo governo a revogação de todas as reformas que duramente atacaram os trabalhadores: a EC do teto de gastos de 2016, a reforma trabalhista de 2017, a reforma da Previdência de 2019, as privatizações, assim como a retirada do projeto de

reforma administrativa. Além de exigir isso do próximo governo eleito, é necessário avançar na organização da luta a partir dos locais de trabalho e nas ruas no enfrentamento aos ataques do Capital e de qualquer governo que, na máquina do Estado, esteja gerenciando os interesses de nosso inimigo de classe.

Estamos há quase 4 anos sob um governo que mentiu muito nas redes sociais para combater seus adversários, mas não mentiu sobre alguns de seus objetivos. Bolsonaro odeia a classe trabalhadora e suas Organizações. Seu governo fez emergir os saudos da ditadura militar que defendem uma forma de sociedade que segrega e defendem a violência que agride e mata mulheres, negros, indígenas, LGBTs. Covardes que defendem o fim das Organizações de luta da classe trabalhadora.

Não é possível darmos mais quatro anos de governo para Bolsonaro, seria o extermínio dos direitos trabalhistas e o ataque mais brutal contra as Organizações dos Trabalhadores, além da

devastação por completo da Amazônia, das terras indígenas e quilombolas e continuidade da perseguição e extermínio de mulheres, negros e LGBTs.

Cabe a nós intervirmos nas eleições junto à nossa classe mostrando tanto a importância de derrotar o governo de Bolsonaro, quanto de avançarmos em nossa organização para enfrentar o próximo governo. Estarmos muito atentos que, sendo mais um governo do PT, este tentará impor a ilusão de que é através do Estado e da conciliação de classes que os trabalhadores avançarão em suas demandas. Um governo que pode ser pior do que seus mandatos anteriores, não só porque terá como vice Geraldo Alckmin, ex-governador do PSDB que atacou os trabalhadores e suas Organizações, mas sim porque as exigências do Capital ao governo nesse momento de crise serão ainda maiores.

Da mesma forma que em 2018 fomos firmes aos locais de trabalho mostrar o porquê da indicação do voto em Haddad/

PT, nesse ano devemos indicar o voto em Lula/PT, para derrotarmos Bolsonaro também nas urnas, mas de maneira distinta das direções cutistas, que tentarão novamente alienar os trabalhadores vendendo a ilusão de que o governo petista resolverá os problemas da classe trabalhadora.

Derrotar Bolsonaro é parte importante das tarefas que temos nesse período, mas é no enraizamento de nossa organização nos locais de trabalho, de moradia e estudo que fortaleceremos os enfrentamentos contra o Capital e seus governos capachos, e avançaremos na luta por melhores condições de vida e trabalho.

Firmes com nossos princípios de independência em relação ao Capital e seu Estado, autonomia em relação aos partidos políticos, foco na organização da luta pela base para o enfrentamento contra nossos inimigos: o Capital e seus gerentes na máquina do Estado. Avançar nas tarefas colocadas para o atual estágio da luta de classes e contribuir de forma decisiva no avanço da luta por uma

sociedade justa e igualitária, uma sociedade socialista.

No Paraná, a situação também é similar ao Brasil e ao resto do mundo: retirada de direitos para os trabalhadores com desculpa da crise ou queda da arrecadação. O Governo Ratinho Junior é um governo do empresariado, com ligação direta com o grupo Massa de televisão. Sua prática no governo do estado tem sido obedecer à lógica do governo Bolsonaro. Garante isenções para os empresários; e para os trabalhadores retirada de direitos. No ano de 2021, o valor de isenções fiscais foi de 12,4 bilhões de reais. Na educação, aplicou um reajuste salarial para os professores implementando gratificação, gerando distorções na carreira. Entregou a educação técnica profissionalizante para o ensino privado. Feder, Secretário da Educação de Ratinho, é o típico empresário da educação, que vincula aprendizado à produtividade de professores, impondo prova em larga escala unilateral, e agora avaliação

de professores nos moldes empresariais. Há quase 10 anos não se tem concurso público para professor na rede estadual de ensino. O número de contratos PSS só cresce.

Em Curitiba não é diferente: desde a entrada do governo Greca em 2017, iniciou-se um operativo de enxugamento dos gastos com funcionalismo público. A desculpa era pagar as dívidas do governo anterior, dívidas essas que poderiam ser pagas no decorrer de seu mandato, mas como bom assecla do empresariado, Greca pagou adiantado. Uma das primeiras medidas do governo Greca, que não tem vergonha de dizer que tem nojo de pobre, foi tentar limpar a cidade, literalmente lavando calçadas e retirando o guarda volumes dos moradores de rua da praça. Esse é um governo que tem trabalhado para a classe mais abastada da cidade, investido muito com propaganda, paisagismo, reformando parques e reinaugurando-os. Esse é o governo do "Natal de Luz", a gestão do asfalto que gastou milhões com

obras de arte, mas nos postos de saúde faltam médicos, enfermeiros, nas escolas faltam professores, pedagogos/as, inspetores e secretários escolares.

As políticas de assistência para a população têm sido deixadas de lado. Com a desculpa do teto dos gastos e falta de dinheiro, o governo Greca ampliou o número de servidores terceirizados, não repondo aposentadorias com concurso público. Não pagou os devidos reajustes aos servidores e congelou todas as carreiras do município.

Esse governo fechou unidades de saúde, CRAS, fechou a maternidade e não construiu CMEIs, apenas inaugurando obras realizadas na gestão anterior. Criou um cadastro para a intenção de vagas na educação infantil que mascara a realidade. Tentou fechar uma UPA e só não conseguiu pela atuação dos servidores organizados pelo SISMUC com solidariedade ativa da direção do SISMMAC à época, que mobilizaram a população e que fez o governo Greca recuar.

A grande maioria da Câmara

Municipal age muito bem a mando do executivo, sendo, sempre que necessário truculenta e não priorizando os debates. Haja vista o que vivemos em 26 de junho de 2017, quando o pacote contra os servidores foi aprovado na Ópera de Arame com a ajuda de milhares de policiais militares, vindos de todo o Estado. Hoje, são gastos com funcionalismo 40% dos 9 bilhões arrecadados anualmente, muito abaixo do limite prudencial previsto pela lei de responsabilidade fiscal. Ao mesmo tempo em que se garantem lucros escandalosos para as empresas de transporte e asfalto.

Tivemos uma conjuntura de muita luta nos últimos 10 anos em Curitiba. Com muitas conquistas, mas também com várias perdas de direitos, a principal delas: nosso plano de carreira conquistado após dois anos de negociação e duas grandes greves em 2014. Enquanto servidores organizados junto ao sindicato encampamos a luta em defesa das carreiras, do piso salarial, condições de trabalho e de vida.

Fizemos campanha contra os vereadores do pacote e nenhum deles se elegeu deputado em 2018. Em 2020, denunciávamos novamente os inimigos do serviço público, e muitos vereadores diminuíram drasticamente o número de votos, como é o caso de Pier, líder do governo Greca na Câmara Municipal, ou o vereador Rogério Campos que sequer conseguiu se reeleger.

Durante a pandemia, a ação dos servidores, organizados pela direção do SISMMAC e SISMUC, intervindo na conjuntura também foi decisiva para não aceitar o trabalho presencial enquanto não

tivéssemos vacina para todos os professores. Conquista efetivada coletivamente, pois, diferente de outras capitais, os professores de Curitiba só retomaram o trabalho presencial após pelo menos haver tomado a primeira dose da vacina.

Só a união do funcionalismo com os demais trabalhadores conterà os desmandos do governo Greca. Esse é um governo que não negocia com os servidores e quer ver seu fim em breve. Precisamos resistir e novamente unir as lutas do serviço público municipal, união abandonada pelas novas gestões do Sismmac e do Sismuc.

II. Análise do movimento sindical

Avançar na reorganização do movimento sindical para lutar em defesa dos direitos, por melhores condições de vida e trabalho.

“Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada”

Gonzaguinha

Analisar o movimento sindical é fundamental para que possamos como categoria avançar e seguir firme na luta geral da classe trabalhadora,

para que o sindicato seja instrumento de resistência aos ataques dos diferentes governos, acumular aprendizados sem repetir os erros do passado.

Por que os professores municipais de Curitiba romperam com a CUT? Para retomar a luta em defesa dos direitos com independência em relação aos patrões e seus governos

Desde 2011, quando a grande maioria dos professores derrotou a direção cutista nas eleições do sindicato, propusemos o debate sobre a desfiliação do SISMMAC à CUT, fazendo o devido balanço sobre essa Central que nasceu da luta da classe trabalhadora, mas se distanciou dos trabalhadores, aliando-se aos patrões e abaixando a cabeça para os governos.

Em 2012, no encerramento do X Congresso de nosso sindicato, a grande maioria da categoria votou pela desfiliação desta central. O SISMMAC então saiu da CUT, uma central que iniciou sua história

com os trabalhadores/as mas há muito tempo atua contra as/os trabalhadoras/es.

A CUT foi fundada na década de 1980 no seio das lutas operárias e de grandes greves gerais da classe trabalhadora, num Congresso com mais de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras que enfrentaram a ditadura. Os princípios de fundação da Central eram: Independência em relação aos patrões e governos, autonomia frente aos partidos políticos e organização da luta pela base. No decorrer dessa década, foram muitas greves e trabalho de base que fez com

que conseguíssemos como classe retomar o enfrentamento contra os ataques do Capital.

Já na década de 90, a CUT ruma para o caminho da conciliação de classes, ou seja, começa se aliar ao inimigo, com as Câmaras Setoriais e os acordos tripartites. Os congressos da Central vão se burocratizando, diminuindo de tamanho e de participação de trabalhadores de base, para impor a guinada aos pactos com os patrões e sua submissão aos governos que foram fundamentais para que o Capital aceitasse o PT

na presidência da República no início dos anos 2000.

Já no início de seu governo, em 2003, o PT impôs uma Reforma da Previdência que atacou os servidores que atendem a população trabalhadora ao mesmo tempo em que manteve os privilégios do alto escalão do Judiciário e das Forças Armadas. Durante todos os anos de seu governo, o PT garantiu migalhas à parcela da classe trabalhadora que nada tinha e gerenciou os interesses do Capital na máquina do Estado.

Rompemos com a CUT e nos somamos à reorganização do movimento sindical para avançarmos na luta contra os ataques do Capital e seus governos

Rompemos com a CUT e nos somamos às lutadoras e lutadores que não abriram mão de organizar o enfrentamento contra os ataques a classe trabalhadora. Junto à decisão de desfiliação à CUT, em 2012, aprovamos a

necessidade de contribuir política e financeiramente para o processo necessário de reorganização de nossa classe, a trabalhadora. Por isso foi aprovado destinar os 6,2% de nosso orçamento que iam para burocracia da CUT para

as lutas da classe trabalhadora. Sabíamos que professores/as isolados/as, voltados/as para si mesmos, não só retrocedem em seus direitos, como retrocedem em sua consciência. É rompendo com as cercas do corporativismo que avançamos na luta da categoria e do conjunto da classe trabalhadora.

A partir da desfiliação do SISMMAC da CUT e da decisão de voltarmos a nos unir com nossa classe, conseguimos contribuir nos processos de organização e enfrentamento de diversas categorias, como por exemplo nossa solidariedade aos Sapateiros de Franca, tão atacada pela atual direção do SISMMAC. Essa solidariedade, decidida pelo magistério nas instâncias do Sindicato, contribuiu para que os trabalhadores de Franca derrotassem a chapa patronal e retomassem seu Sindicato para a luta em defesa dos direitos, além de permitir a reorganização do Sindicato que foi dilapidado pelos pelegos que estavam a serviço da patronal.

Para além da contribuição financeira, nós estivemos presentes em vários momentos de enfrentamento contra o Capital nas mais diversas categorias, retomamos a unidade e a solidariedade de classe, fundamental para os enfrentamentos que tivemos em Curitiba.

Durante esses 10 anos à frente das lutas da categoria nosso coletivo buscou qualificar e intensificar a solidariedade de classe, entendendo que para avançar em conquistas e manter direitos é preciso ir além da consciência corporativa do magistério. Sem essa luta, a luta das professoras e professores fica isolada e sem força. Haja vista nos dias de hoje a reforma da previdência que assola os aposentados da rede municipal com o confisco de 14% de suas aposentadorias. Essa foi uma medida já aprovada para os servidores federais em 2019 pelo governo Bolsonaro, e que Greca fez questão de replicar para nossos aposentados em 2021.

Porque rompemos com a CNTE?

Embora a direção atual do SISMMAC busque propagar que é fundamental estarmos na CNTE para avançarmos na luta dos trabalhadores da Educação, eles escondem que a CNTE seguiu o mesmo rumo da CUT. Seu atrelamento partidário ao governo do PT é gritante, e impediu que a CNTE tomasse a frente das lutas em inúmeros momentos, como na reforma da previdência de 2003, no PNE em 2014, em que setores da educação privada foram muito beneficiados, inclusive com propostas de compra de vagas com dinheiro público em instituições privadas.

Nos congressos da CNTE, a principal pauta sempre foi defender e eleger os candidatos do PT desde a presidência até os municípios, sempre atrelando qualquer possibilidade de melhoria da educação aos governos. Mesmo quando o governo federal não era mais do PT, a CNTE se demonstrou incapaz de mobilizar sequer

uma grande greve nacional pela implementação da Lei do Piso tão reivindicada pela entidade. Deixou essa tarefa para cada região e impôs uma luta inglória às categorias que, em governos inclusive ditos de esquerda, não pagam o piso. Além disso, a entidade nos últimos anos aumentou o número de cargos da diretoria, que quase nunca se altera, gastando com a manutenção da própria instituição seis vezes mais do que com ações de lutas.

Durante a pandemia, a CNTE se restringiu a organizar “pressões” online aos deputados e ao governo, e cantou vitória com pequenos recuos do governo, como foi o caso do reajuste do piso em 2022, que na prática não se concretizou em aumento efetivo para a maioria dos professores. Você deve ter se perguntado cadê meus 33,23% propagandeados pelo governo e cantados como grande vitória pela CNTE? Pois é, sem luta,

como já dissemos, os governos não pagam e não pagarão o piso! O anúncio do piso não tem garantido que os municípios respeitem a lei e façam o devido reajuste. Inúmeros questionamentos judiciais são feitos pelos sindicatos e pelos governos a respeito da lei, mas na prática, quem recebe o piso conquistou-o com luta, greves e muita resistência. No caso do magistério municipal, a PMC argumenta que já recebemos o piso pois a lei prevê, hoje, o valor de R\$ 3.845,63 para 40 horas semanais. Aqui em Curitiba a perda da hora atividade, que infringe a lei do piso, tem se tornado prática constante. Hora atividade essa que só foi ampliada para 33% em 2013, após muita pressão e greve, e só manteremos se formos à luta. Ações judiciais não serão efetivas sem a devida resistência na base.

Por termos participado das atividades da CNTE por mais de 6 anos, vimos com nossos próprios olhos a falta de transparência,

a burocratização e a ausência de lutas nacionais. Não a toa, em 2018 nossa categoria tomou a decisão de sair da CNTE e deliberou que os 3,8% de nossa arrecadação antes enviados para a entidade seriam então destinados por nós para a luta real dos trabalhadores.

Em vários estados a luta da educação se dá por fora da entidade. É o caso do SEPE, no Rio de Janeiro que se desfilou da CNTE, mas não deixa de fazer as devidas lutas e construir a resistência. Como nós aqui no SISMMAC, que em todos esses anos participamos de diferentes debates educacionais, conferências e congressos, mobilizamos debates sobre a educação na pandemia, apoiamos movimentos em defesa da educação pública e de qualidade, contra o projeto “Escola sem Partido”, nos envolvemos em debates junto à Câmara Municipal e inclusive conquistamos juridicamente o impedimento da votação da lei da Mordaza em Curitiba.

A atual direção do SISMMAC e sua relação com a CUT

O último processo eleitoral do SISMMAC ocorreu em outubro de 2021, num momento ainda mais difícil, de intensos ataques aos nossos direitos, combinado a um período de quase dois anos de distanciamento social devido à pandemia. Nessa conjuntura, e se utilizando de informações distorcidas, a chapa cutista elegeu-se para a direção do SISMMAC. Embora não tenham assumido isso na campanha, essa chapa teve apoio e a influência da CUT, a considerar que a atual presidente tem cargo na diretoria da CUT no Paraná o que leva a direção do SISMMAC a uma visão estreita e preconceituosa, própria de uma gestão cutista ao defender um corporativismo que torna-se um retrocesso a resistência da classe trabalhadora e do próprio avanço as pautas do magistério municipal de Curitiba.

No decorrer desses anos com muito empenho nos envolvemos nas lutas de diferentes categorias como: sapateiros, metalúrgicos, bancários,

servidores públicos, radialistas, químicos e estudantes, com intensos debates e aprovação em Congressos e Assembleias da categoria, com a devida prestação de contas. Foi assim, junto a nossa classe, que aprendemos mais, que nos fortalecemos para as lutas do magistério.

Esse aprendizado e firmeza nos fortaleceu para junto a categoria fazermos os debates mais difíceis. Inclusive em 2018, quando mostramos o tamanho do ataque a nós como classe trabalhadora que a eleição de Bolsonaro representava. Nossa firmeza reafirmou a tarefa das Organizações de trabalhadores, como os Sindicatos, de serem instrumentos de defesa, formação de consciência e de avanço na luta contra os ataques do Capital e de seus governos. Não podemos permitir que essa construção coletiva junto à categoria seja dilapidada por uma concepção individualista e submissa aos interesses eleitorais dos que hoje estão na direção do SISMMAC.

Propostas

- 1) Manter a deliberação de solidariedade de classe que vai além dos apoios financeiros, mas sim de estarmos unidos às Organizações de trabalhadores que tenham como princípios:
 - a) Independência em relação aos patrões e governos,
 - b) Autonomia frente aos partidos
 - c) Organização pela base
- 2) Manter o SISMMAC desfiliação da Central Única dos Trabalhadores
- 3) Manter o SISMMAC desfiliação da CNTE.
- 4) Participar de atos e movimentos nacionais contra o Governo Bolsonaro.
- 5) Participar e promover o debate a respeito do movimento sindical docente e em defesa da educação pública.
- 7) Manter e ampliar a unidade com as Organizações que não se renderam à conciliação de classes e seguem firmes na luta do conjunto da classe trabalhadora.

III. Plano de trabalho do sindicato

Nós professoras e professores de Curitiba que hoje fazemos oposição à atual direção do SISMMAC, apoiados

pela Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora – assumimos a

direção do SISMMAC em agosto de 2011, retomando as lutas enquanto categoria. Em 2012, com muita mobilização nos locais de trabalho a nossa gestão a frente do SISMMAC foi capaz de pôr em movimento mais de 7 mil professores em greve contra uma proposta que tentava impor a gratificação por meritocracia e manter dessa forma o arrocho salarial. Barramos a política de gratificação e conseguimos 19,56% de aumento com a forte greve do

magistério de Curitiba contra o PPQ. Dois anos depois, em 2014, foram duas grandes greves que pararam a cidade em luta por nosso plano de carreira, que corrigiu distorções das décadas anteriores, e deu até 60% de ganhos para os professores mais antigos. Estivemos à frente da dura resistência aos ataques do desgoverno Greca, a partir de 2017, e das grandes greves construídas em conjunto com o serviço público municipal.

A luta é pela BASE

Os ataques que a classe trabalhadora vem enfrentando nos últimos anos reforçam o quanto a luta de classes se faz presente não só no campo da teoria e da História, mas a cada retirada de direitos e a intensificação do trabalho que reforçam a necessidade da nossa classe se mobilizar para barrar os ataques do capital e seus governos.

Se faz urgente manter o sindicato como instrumento de luta e mobilização, ouvindo e mobilizando a categoria acerca da realidade do

chão da escola que tem sido atacada com a precarização do trabalho, falta de valorização, falta de concursos públicos e demandas de trabalhos cada vez mais burocráticas e exaustivas que distanciam do trabalho pedagógico que deveria ser o objeto central para educar os estudantes.

Por isso a direção do SISMMAC deve intensificar as visitas aos locais de trabalho e estar junto à categoria na base para realizar os enfrentamentos necessários do período.

Lutar por Concurso público já!

Já passou da hora de uma ação mais efetiva do SISMMAC quanto à falta de professores e profissionais de apoio. Uma luta unificada com os demais servidores é urgente para pressionar a realização de concurso público. No chão da escola enfrentamos turmas superlotadas e falta de profissionais, que tem como consequência imediata a

diminuição de hora atividade, o desmonte dos projetos e ações de apoio aos estudantes de inclusão, o abandono do estudo e do planejamento. Além da falta de pedagogos, o que desorganiza qualquer projeto de médio e longo prazo nas unidades. Não temos procedimento de mudança de área de atuação há mais de dez anos.

Lutar e Defender o descongelamento do plano de Carreira

Nosso plano de carreira aprovado e tornado Lei Municipal (14.544/14) por unanimidade na Câmara Municipal em 2014, foi primeiramente suspenso em dezembro de 2016 quando da sua última etapa de implementação pelo ex-prefeito Gustavo Fruet, que não tendo sido reeleito naquele ano, acabou em uma atitude covarde e irresponsável, não efetivando a transição dos profissionais do magistério para o novo plano de carreira e conseqüentemente para a nova tabela salarial.

Mesmo com essa suspensão, a luta para conquista desse plano representou e efetivou grandes conquistas para a grande maioria do magistério, principalmente da parte que tinha à época mais de 15 anos de rede. O plano de 2014 consolidado com nossas greves corrigiu distorções de transições de planos anteriores considerando a integralidade do tempo de serviço, e não só a partir de 2001 que era a proposta inicial da Prefeitura. Esse direito de valorização do tempo de serviço representou

uma grande conquista de 10% a 65% de reajuste salarial para o magistério. Conquista essa que a atual direção do SISMMAC tenta apagar, afirmando a todo momento que não houve vitórias salariais nos últimos 10 anos para nós professores.

O governo Greca congelou essa conquista, mas só depois de muita resistência do magistério e do serviço público em geral, levando a sessão da Câmara para a Ópera de Arame, num grande cerco policial. Greca atacou naquele momento e continuou atacando, durante os 5 anos que está na Prefeitura, os servidores municipais das piores formas: salários e carreiras congelados, previdência reformulada para pior, abertura de contratos temporários na saúde e educação e piora extrema nas condições de trabalho.

Agora em 2022, o governo promete retomar a discussão do nosso plano

de carreira. Temos que ser firmes para retomar o que conquistamos em 2014: um dos melhores planos de carreira do país! Temos que lutar em defesa dessa vitória e não aceitar um plano rebaixado, que nos divida através da meritocracia, contemple somente uma parte da categoria com avanços na carreira, e nos submeta à avaliações das chefias como condição de crescimento, a lógica meritocrática pode gerar nas carreiras arrocho salarial para uma maioria, em detrimento do mérito de uma parcela da categoria.

Os princípios a serem defendidos pelo magistério devem ser os conquistados em 2014: um plano para todos considerando e valorizando o tempo de trabalho na carreira e a formação/titulação dos profissionais para os crescimentos, sem retirada dos demais direitos conquistados.

Saúde do Trabalhador: Levantamento do Adoecimento da Categoria

O adoecimento e afastamento de professores diante da sobrecarga de

trabalho tem sido frequente em cada equipamento da educação. São

inúmeros os laudos, afastamentos definitivos e temporários. Em 2013, o SISMMAC realizou um levantamento da saúde dos professores em que constatou que 40% da categoria já fazia uso de medicação controlada para ansiedade ou depressão. É

importante realizar mais uma vez esse levantamento e cobrar junto ao governo Greca a divulgação de dados sobre a saúde dos professores e cobrar ações para a promoção da saúde e bem-estar dos professores.

Defender e promover debate sobre o IPMC

Nosso Instituto de Previdência está cada vez mais ameaçado. Com o saque de 700 milhões do Instituto em 2017 e a criação do CuritibaPrev, que visa desviar recursos que poderiam fortalecer nosso IPMC para a previdência privada, o IPMC tem sua saúde

financeira cada vez mais afetada. Além disso, a redução da contratação de servidores estatutários diminuiu drasticamente a contribuição dos servidores para o Instituto. É preciso debater e fortalecer a defesa do IPMC para ativos e aposentados!

Defender o ICS

Com a abertura para possibilidade de cobrança por faixa etária para dependentes maiores de 18 anos, o ICS passa a atuar mais próximo de como funciona um plano privado. Com a crise, dificuldade de recursos médicos humanos e não humanos,

o desmonte do SUS, somados ao reajuste abaixo da inflação real, a tendência é que o ICS fique cada vez mais precarizado e que se justifique posteriormente a cobrança de mensalidade diferenciada de acordo com a idade do servidor. É preciso debater

a intensificar a luta em defesa do ICS financiado exclusivamente de forma solidária e proporcional,

não aumentando as alíquotas por serviços, o que se beneficia quem já tem maiores salários.

Organizar e fortalecer a pauta da Inclusão e Educação Especial

A falta de professores de apoio especializado para estudantes deficientes expõe o desrespeito com a inclusão pelo Governo Greca.

Conforme a lei Berenice Piana as crianças autistas têm direito ao tutor, também a lei 13146/2015 prevê profissional de apoio que auxilie na locomoção, higiene e alimentação da criança com deficiência, buscando auxiliar em sua mobilidade e autonomia na escola.

Segundo a lei esses profissionais não precisam de formação específica, mas devem ter sensibilidade para esse atendimento e devem ser profissionais contratados em regime de trabalho. Na rede municipal de Curitiba, desde

2017, os antigos profissionais da educação que atendiam esse público foram substituídos por estudantes de cursos de licenciaturas, com contratos de estágio, de forma precarizada. A bolsa auxílio ofertada para essa função é muito baixa, em média 700 reais, além das funções serem de alta responsabilidade, o que faz com que os acadêmicos não se interessem pela função.

Outra forma de intensificar o trabalho docente é a falta de profissionais da saúde que atendam as demandas dos estudantes matriculados na Rede Municipal de Curitiba, passando demasiado tempo na fila de espera para atendimentos terapêuticos e médicos, tais como: fonoaudiologia,

psicologia, pediatria, odontologia, oftalmologia e neurologia.

Chegando esta, há mais de dois anos de espera para muitos estudantes. Esta demora afeta não só a vida e a saúde dos estudantes, mas o trabalho pedagógico em sala de aula, que fica ainda mais fragilizado com turmas lotadas além da capacidade por professor.

Nossas turmas de classe especial estão cada dia mais lotadas com em alguns casos 50% a mais do que o limite de 10 alunos, prejudicando o objetivo dessas turmas. Os CMAEEs sofreram desmonte em seus atendimentos, perdendo os profissionais de psicologia e fonoaudiologia. As avaliações feitas nestes centros passaram a ser apenas avaliações pedagógicas sem a avaliação do psicólogo.

É urgente organizar levantamento do número de inclusões na rede municipal, assim como os números de estudantes em atendimento especializado e que apresentam demanda de tutores, cobrando

uma resposta oficial do governo com relação a esses atendimentos. Esse levantamento pode e deve ser cobrado junto ao Ministério Público em ação já iniciada contra a PMC devido a contratação de estagiários para apoio à inclusão.

É urgente o sindicato se contrapor o governo Greca que tenta transparecer uma realidade de Educação que não condiz com a situação os profissionais do Magistério que se deparam com a falta de estrutura para uma cidade que se denomina “educadora”. Uma “cidade educadora” que representa a desvalorização e se aproveitou da pandemia para retirar ainda mais direitos dos ativos e aposentados.

É justamente, pela ausência de políticas e ataques orquestrados pelos governos aliados ao capital, que o sindicato precisa estar atento na defesa dos direitos da categoria, priorizando a luta pelas condições de vida e trabalho, reforçando a importância de mobilizar a categoria, defendendo a construção da coletividade.

Fortalecer a luta das Pedagogas

Fortalecer o debate com as pedagogas promovendo encontros e formações. Rebatendo o engessamento do trabalho pedagógico na rede municipal. Organizar as pedagogas para o enfrentamento das demandas burocráticas e a falta de tempo para estudo e formações.

Em 2016 promovemos um curso com as pedagogas com mais de 40h com certificado de extensão pelo UFPR o que garantiu a união e fortalecimento da pauta das pedagogas. Foi revisado também o decreto das funções, impedindo funções fora do sumário pedagógico de atribuições.

O último procedimento interno de mudança de área de atuação foi em 2011. É preciso retomar esse procedimento, mas para que ele não acarrete em mais desmonte nas unidades, ele precisa vir acompanhado de novo concurso para professor. Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos 40% das vagas de pedagogia escolar são ocupadas hoje por RIT's. Além disso grande número de pedagogos atua junto a SME nas equipes de diferentes departamentos, desfalcando ainda mais o quadro das escolas e CMEI's.

Garantir a atuação dos Professores de Educação Física

O governo Greca promoveu o maior ataque à atuação dos professores de Educação Física das últimas décadas. Após mais de dez anos de atuação

especializada nas escolas, tanto com o ensino regular, como com os projetos de contraturno, os professores de Educação Física foram afastados da atuação com

as turmas integrais, como mais uma forma de diminuir o número de professores das escolas. As práticas de movimento da educação integral são ministradas hoje por professores generalistas, de Doc. I, retomando a prática que havia sido superada das recreacionistas. Um retrocesso pedagógico, e um verdadeiro desrespeito com os professores, depois de anos com

excelentes projetos desenvolvidos no chão da escola.

É preciso retomar a luta dos professores de Educação Física para que todas as aulas de Educação Física, independente do nome que a gestão queira dar, como Práticas do Movimento, voltem a ser ministradas por professores especializados da área.

Lutar pela manutenção do Fundamental II – Turmas de 6º ao 9º ano

O fechamento gradual de turmas de 6º ao 9º ano na rede municipal de Curitiba deve ser combatido com luta e resistência, valorizando a importância das escolas e profissionais que atuam neste nível de ensino, em prol e junto com a população que sofre cada vez mais com fechamento e terceirização dos serviços públicos.

A pauta dos professores do ensino fundamental II é um ensino de qualidade, com continuidade

do trabalho já realizado no fundamental I. Muitas escolas têm projetos diferenciados como robótica, ciências e língua portuguesa. Fechar turmas nessas escolas apenas por conta da “não obrigatoriedade” do município em oferecer essa etapa do ensino é uma forma de sucateamento. O governo Greca fechou dezenas de turmas das 11 escolas de 6º ao 9º ano, mesmo havendo lista de espera por vagas nas unidades.

Empurrou professores de

diferentes formações para áreas administrativas ao invés de investir em projetos e manutenção do atendimento. É preciso manter esse grupo de professores ativo junto ao sindicato, a pauta da organização do dia sem vínculo e hora atividade neste seguimento da categoria só foi vencida com luta. Segue ainda pendente a pauta da hora aula de 50 minutos ao invés de 60, tão questionada em diferentes cidades, mas também

aplicada em vários outros, como é o caso do município de São Paulo.

Nossa gestão em 2014 levou essa reivindicação como pauta de greve do magistério, junto com a pauta do plano de carreira, momento em que o governo Fruet assumiu o compromisso de implementação, mas nunca efetivou. Após essa greve ainda ocorreu, como conquista da luta, concurso para as disciplinas desta etapa de ensino.

Fortalecer as Aposentadas e Aposentados

Manter e fortalecer o coletivo de aposentados. Realizar campanha constante da importância da manutenção da filiação após

aposentadoria. Mobilizar ações de resistência ao confisco dos 14% de parte do salário das aposentadas imposto por Bolsonaro e Greca.

Dar continuidade às atividades que valorizem a luta antirracista

Desde 2013 o SISMMAC tinha parceria com a ACAD – Academia de Capoeira Angola Dobrada em Curitiba.

Essa parceria possibilitou a organização de oficinas para dezenas de professores de educação física e arte e atendeu

milhares de crianças nas escolas de Curitiba.

Nesses últimos 10 anos também foram promovidos, debates, oficinas, Semana da Consciência Negra e materiais específicos sobre

a luta antirracista. Inclusive uma das revistas Chão de Escola teve a temática.

É preciso continuar lutando pela efetiva implementação das Leis 10.639/2010 e 11.645/2008.

Dar continuidade ao Debate de Gênero e contra a homofobia

Realizar momentos de reunião com a categoria a respeito da opressão de gênero e a LGBTfobia. Em 2018 e 2019 criamos o grupo de debate Nós e nossos Nós, que tinha como propósito debater o questões cotidianas, realizar atividades de expressão corporal e estudos sobre o tema.

Problematizar e reivindicar junto a PMC os dados da população LGBTI que trabalham na rede municipal, de forma a não invisibilizá-los e promover o debate com a categoria a respeito da importância do respeito e à tolerância a todas as formas de família.

Organizar o CR de forma democrática e potencializar a ação dos representantes

Todos os aspectos levantados, somados aos ataques do governo Bolsonaro, revelam que o projeto de desmonte dos serviços públicos segue acelerado com a PEC do Teto

dos gastos, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, que precisam ser derrotados com a mobilização de todos os trabalhadores e a consciência de

que as urnas são necessárias, mas não suficientes diante da luta de classes que vivemos.

Defender nossos direitos e lutar por condições de vida e trabalho são ações que exigem antes de tudo uma reflexão no chão da escola, que precisa ser um espaço humanizado de união dos trabalhadores.

Por isso, o Conselho de Representantes precisa ser democrático, pensado antecipadamente e deve ser um espaço para debater estratégias de luta envolvendo os representantes na construção da campanha de lutas e mobilização da categoria para o enfrentamento aos ataques.

Dar seguimento à construção do Salão para a SEDE do SISMMAC

Em nossas gestões a frente do SISMMAC, criamos e fizemos crescer o fundo de aquisição de sede, que nos permitiu em 2018 comprar a primeira sede própria do nosso sindicato!

Após 30 anos de aluguel, o sindicato ganhou uma casa. No XII Congresso do SISMMAC, em 2018, aprovamos a aplicação de uma

verba mensal fixa para a ampliação e construção do Salão para nossa sede. O aprovado foi 8% do orçamento para esse fim.

Já existe um projeto aprovado para a construção do salão, encaminhado na última gestão.

É fundamental dar seguimento a esse projeto bem como manter o orçamento a ser reservado.

Garantir transparência e seriedade na Política Financeira

Nos últimos 10 anos o patrimônio do SISMMAC aumentou 26 vezes.

Um número que surpreende, mas que é fruto da combinação de uma

política acertada de campanha de filiações, aliada às conquistas salariais e à seriedade na gestão dos recursos do sindicato. Tudo isso nos permite hoje ter sede própria, frota de carros para o trabalho de base, e fundo de greve forte para construir nossas mobilizações.

É essencial para a retomada de nossas lutas, manter as campanhas de filiação constantes e de convencimento quando ocorrem pedidos de desfiliação.

Nosso sindicato realizou em 2022 o pagamento da maior execução judicial já realizada numa ação jurídica de servidores municipais,

as Horas Extras dos sábados de 2010. É essencial divulgar o saldo que fica para nossa entidade com essa operação: ampliação do quadro de sindicalizados, saldo não retirado pelos professores, gastos operacionais.

Por fim, é fundamental manter a política de transparência adotada na última década em nosso sindicato, divulgando amplamente a prestação de contas mensal, assim como respeitando a exigência estatutária de realizar anualmente as Assembleias de Prestação de Contas e de Plano Orçamentário.

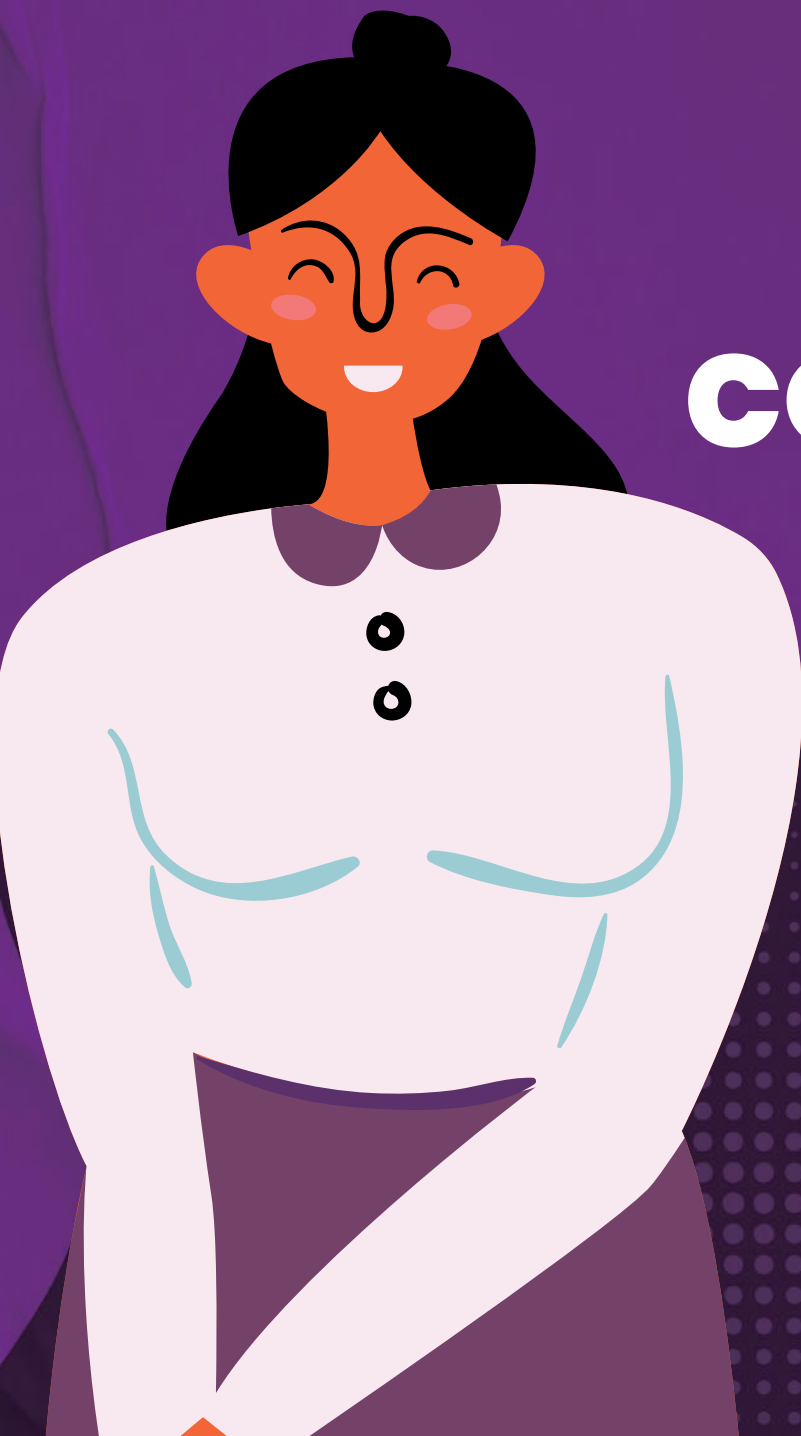
Assinam a tese

Adanairi Baumel de Andrade Massa (Aposentada), Adriana Caroline Pansolin (EM Profº Darcy Ribeiro), Adriana Glock (Aposentada), Adriana Prodossimo da Silva (EM Paulo Freire), Adriano Moreira S. de Souza (EM Bairro Novo do CAIC Guilherme Lacerda Braga Sobrinho), Ana Cláudia Xavier Moraes (EM CEI Eva da Silva e EM CEI Rita Anna de Cássia), Ana Paula Pacheco (EM Francisco Derosso), Anderson Kachenski (EM Profº Osvaldo Arns), Andrea Menezes da Luz Coelho (EM CEI Profº Antônio Pietruza), Angélica Lourenço (EM Hamilton Calderari Leal), Ariane Lopes (EM Padre João Cruciani), Bernadete Lovatto (Aposentada), Carla Aparecida da Cruz Domingues (EM Profº Darcy Ribeiro), Caroline Francye Rosa Freitas Dvoiaski (EM CEI Ulysses Silveira Guimarães), Celia Aparecida Oliveira Calza (EM CEI Rita Anna de Cássia), Celíria do Rocio Robatini (EM CEI Bela Vista do Paraíso), Charlene Weirich Maulaz (EM Albert Schweitzer), Claudineia Aparecida da Cruz Costa (EM Profª Maria Ienkot Zeglin), Cleomar Silva dos Santos Swolinski (EM Paulo Freire), Cris Teixeira da Silva (Aposentada), Cristiane Bianchini (EM CEI Augusto Cesar Sandino), Cristiane do Rocio Carvalho (EM Castro), Cristiane Franco da Silva (EM Vereadora Laís Peretti), Danielle Kristine Menezes Faria (EM Colônia Augusta), Darciane Pereira Carneiro Rodrigues (EM Vila Zanon), Debora Bonato Magalhães (EM Profª Maria Ienkot Zeglin), Débora Jurema Leal (EM Rio Negro), Delane Juski dos Santos (EM Michel Khury), Diogo Garcia Comin (EM CEI Ulysses Silveira Guimarães), Diogo Vinicius de Campos (EM Profª Maria Ienkot Zeglin), Dulcemar Chaves (EM Professor Brandão), Edson Reis (EM Dona Lulu), Elaine Cristina do Nascimento (EM Profª Maria Ienkot Zeglin), Eliane Aparecida do Nascimento (EM Profª Cecília Maria Westphalen), Eliane Cristina Fernandes dos Santos (EM Profª Maria Ienkot Zeglin),

Eliane Ivankio de Moura (EM CEI Profº Antônio Pietruza), Eliane Solda (EM CEI Bela Vista do Paraíso), Erika Leoni (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Eumar André Kohler (EM Maria Clara Brandão Tesserolli), Evelyn Andressa Gavioli da Silva (EM Leonel Brizola), Felipe Sobczynski Gonçalves (EM Foz do Iguaçu), Fernanda Christina Castanheiro (EM Madre Teresa de Calcutá), Fernanda Lima do Amaral (EM Darcy Ribeiro), Franciane Mello – EM CEI Lauro Esmanhoto), Franciele da Silva Santiago (EM Maringá), Francielly da Silva Costa (EM CAIC Cândido Portinari), Gabriel Conte (EM Vila Torres), Gabriela Dallago (EM CEI Rita Anna de Cássia), Gisélia Rosa Moraes (Aposentada), Giselle Gomes Mina da Rocha – (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Gizele Eunice Franco Alves (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Gracieli Bacelar Ferreira (EM Vila Zanon), Grasieli Lopes Rodolfo (EM Profº Darcy Ribeiro), Hiderson Marciano (EM Albert Schweitzer), Isis de Fátima Klechovicz (EM Campo Mourão), Ismenia Maria Portela (Aposentada), Ivani Pazello – EM CEI Francisco Frischmann, João Antônio Rufato (EM Enéas Marques dos Santos), Joice Salete Silvério – EM Santa Agueda), Jorge Paulo dos Santos (EM CEI Ulysses Silveira Guimarães), Josélia Bernardi (EM CEI Bela Vista do Paraíso), Josemara Rodrigues Xavier Proença (EM Professora Nair de Macedo), Jucelia da Silva Santos (EM CEI Profº Antônio Pietruza), Karen Kamila Rechetelo Couto (EM Vila Zanon), Karla Renata Ferri (EM Vila Zanon), Kelly Martins Reis (Aposentada), Leoni Terezinha Machado Moletta (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Leonilda Miranda (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Luana Rodrigues Vasconcelos (EM Jaguariaíva), Lucia Cardoso (EM CEI Bela Vista do Paraíso), Luciana de Melo Soriano Kopsch (EM Natália de Conto Costa e EM Jornalista Arnaldo Alves da Cruz), Lucineia da Silva (EM CEI Bela Vista do Paraíso), Lusía Maria da Silva (EM Profº Darcy Ribeiro), Marciane Karina Koren Pscheidt (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Marco Antonio Barbosa Mafra (EM Governador Leonel de Moura Brizola), Marcus Vinícius Vertuan Saldanha (EM Profª Margarida Orso Dallagassa), Margareth Gomes Chyla (Aposentada), Maria das Graças dos Santos (Aposentada e EM Hamilton Calderari Leal), Maria de Fátima Nunes Hanninger (Aposentada), Maria de Lourdes de Sene (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Maria Isabel Pires de Deus (Aposentada), Mariana Stoeterau Navarro (EM CEI Rita Anna de Cássia), Marilda Catarina Alves do Prado (EM Poeta João Cabral de Melo Neto), Marilene Lubarino de Amorin (EM Jaguariaíva), Marilu do Rocio Schwanke (Aposentada e EM Maria Lenkot Zeglin), Marilza Teixeira de Lima (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Maristella Ramos (EM Vereadora Laís Peretti) Marizete Natel Lourenço, (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Marlene Ferreira da Silva Camilo (EM CEI Profº José Cavallin), Marlene Salete Koch Lins (Aposentada), Marta Terezinha Wietzikoski (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Mauricio Priess da Costa (EM Rolândia), Monica Assunção Bailone (EM Jardim Santos Andrade), Natalia Gaudeda (Aposentada e EM Michel Khury), Neusa Rosely Ribeiro de Orneles de Barros (EM Profº Darcy Ribeiro), Nilza Zanon de Souza Machado (EM Castro), Osana Marques Perdigão (EM Umarama), Patrícia de Souza Silva (EM Santa Ana Mestra), Paulo Roberto Zanon Franco de Macedo (EM Castro e EM Maria de Lourdes Pegoraro), Pedro Alcântara Pereira Neto (EM Bairro Novo do CAIC Guilherme de Lacerda Braga Sobrinho), Priscila Camargo (EM Raul Gelbeck), Priscila Garcia (EM CEI Bela Vista do Paraíso), Rafael Alencar Furtado (EM Padre João Cruciani), Raquel Soares (EM Ulisses Falcão Vieira), Regiane Camilo (EM Maria Neide Gabardo Betiatto), Rita de Cássia Alves Martins (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Rosana Faglionni Almeida (Aposentada), Rosane Vasconcelos (Aposentada e CMAEE Arlete Procotte), Rosângela de Moura (EM CEI José Lamartine), Roseli Silveira Alves (Aposentada), Rosiane Mara Lopes de Camargo (EM Joaquim Távora), Rozineide Pereira Alves e Silva (EM Profº Darcy Ribeiro), Sandra Regina Martins (EM Vila Zanon), Sheila Claudia Kozlowski (Aposentada e EM Maria do Carmo Martins), Silvana Mendes Schuindt (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Simone Lima Cordeiro Borman (EM Umarama), Simone Rodrigues da Silva (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Solange França dos Santos Marioto (EM Profº Darcy Ribeiro), Solange Perpétua Taurino Moreira (EM CEI Profº Adriano Robine), Sonia Maria Borges Isozaki (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Sueli Chalegre (EM Durival de Britto e Silva), Susan Camarotti da Silva (EM Jaguariaíva), Tania Cristina Bettega Riesemberg (EM Profª Maria Lenkot Zeglin), Thalita Gambeta Stczaukoski (EM Vila Zanon), Thayana Ribeiro da Cruz (EM Sonia Kenski), Tsherli Isabel Hensel Kachenski (EM Darcy Ribeiro), Vanessa Shivinski Mamoré (EM Madre Teresa de Calcutá), Vera Lúcia Lessak (EM Vila Zanon), Viviane Aparecida Bastos Pampu (EM Enéas Marques dos Santos), Wagner Hauer Argenton (Casa do Acantonamento), Wagner Rodrigues Batista (EM Margarida Orso Dallagassa), Wanderleia Luciani de Souza Belitzki (EM Profª Maria Lenkot Zeglin)

Tese IV

**CONTRIBUIÇÃO
AO DEBATE**



XIII
CONGRESSO
DO
SISMMAC

Contribuição ao debate do XIII Congresso do SISMMAC

Apresentaremos a seguir alguns aspectos que consideramos fundamentais para análise, compreensão e atuação nas conjunturas internacional, nacional, estadual, municipal, assim como uma avaliação da atual situação do movimento sindical. Para tanto, ressaltamos que os nomes que constam como apoiadores deste documento são

de sindicalizados que **defendem a tese em sua totalidade, outros em seu mérito, mesmo não concordando com o conteúdo, e ainda, alguns que embora discordem de certos pontos, quiseram contribuir para que estas ideias pudessem ser trazidas ao congresso, como forma de abrir espaço para o debate democrático**

I. Situação internacional

1. O capitalismo em crise, uma sociedade em decadência, origens e consequências

2. A guerra na Ucrânia é o mais recente fruto da agonia do regime capitalista. Trata-se de um conflito

reacionário entre diferentes frações da burguesia. A classe trabalhadora do mundo não tem nada a ganhar apoiando qualquer um dos lados.

3. A razão central para o surgimento desta guerra é o aprofundamento da crise econômica mundial e seu desenvolvimento com o surgimento da pandemia, na situação de decadência geral da sociedade capitalista que só faz ampliar sua desagregação econômica, social, política, cultural e intelectual, fazendo ressurgir e amplificando os traços bárbaros da época do imperialismo. A “época das guerras e das revoluções” em que a burguesia, o imperialismo, “é a reação em toda linha”.

4. A decadência geral do sistema capitalista, provocada por suas próprias contradições internas, liquidou praticamente, ainda não em todos seus aspectos, o sistema internacional estabelecido após a 2ª Guerra Mundial em Breton Woods, assim como levou à crise conjunta do imperialismo e da burocracia

contrarrevolucionária do Kremlin liquidando a “Ordem Mundial” reacionária dos Acordos de Yalta e Potsdam definidos por Stálin e Roosevelt, com a colaboração subalterna de Churchill, ao fim da 2ª Guerra Mundial.

5. Uma expressão extraordinária desta crise conjunta foi o Maio de 1968 que, em todo o mundo, expressou a unidade mundial da luta de classes e a combinação da revolução social contra o capital com a revolução política contra as burocracias estalinistas.

6. A situação atual é a expressão da desagregação desta ordem contrarrevolucionária que destruiu o Estado Operário degenerado na URSS e os Estados Operários burocráticos desde seu nascimento como os do Leste europeu, China e Vietnam, onde o capitalismo foi restaurado e que concentrou todas as contradições do sistema capitalista e suas implicações políticas nas mãos do imperialismo do EUA dominante e seus parceiros menores.

7. É isto que explica a situação atual do imperialismo que vê seu controle sobre as condições econômicas e políticas mundiais se desagregar e permitir o surgimento de cada vez mais iniciativas de burguesias locais, imperialistas ou não, que buscam no quadro do capitalismo e da reação defender seus interesses próprios. É este quadro convulsivo de desagregação do mercado mundial e seu controle que aparece como “certa independência” das iniciativas das diferentes burguesias. O que por sua vez só exacerba as fricções e os choques entre as diferentes frações burguesas, imperialistas ou não.

8. Esta é a situação histórica e atual que explica como o imperialismo do EUA, com suas 745 bases militares em todo o mundo, com a mais poderosa frota naval do planeta, a mais poderosa Força Aérea militar existente, enfim com o maior e mais poderoso exército do mundo, foi derrotado no Afeganistão e expulso de forma absolutamente

vergonhosa pelos Talibãs que não tinham Força Aérea, nem tanques nem mísseis significativos.

9. As guerras não são travadas pela ambição de um homem ou por delírios de grandeza, nunca sendo decisões descoladas da realidade.

10. O general alemão Carl von Clausewitz afirma em sua obra “Da Guerra” que “A guerra é a continuação da política por outros meios” e a política, da qual a guerra é uma expressão, é a “economia concentrada”. Este é o fundo material fundamental da questão. E a economia é o terreno de onde partem as classes sociais para a luta política. A partir de determinado momento a guerra é não apenas possível como necessária. A 2ª Guerra Mundial não foi iniciada porque Hitler era louco e queria dominar o mundo. A guerra foi feita porque a burguesia alemã pretendia redividir o mercado mundial em seu proveito. E encontrou o homem para preparar e reunir as condições para isso e assim financiou o

nazismo e a destruição antecipada de todas as organizações da classe trabalhadora.

11. O nazismo foi a expressão mais bárbara do capital financeiro em nosso tempo que encontrou um homem e um setor social para cumprir este papel na história. Como a época da reação termidoriana na revolução francesa decapitou Danton, Robespierre e Saint Just, também Stálin foi o homem encontrado para expressar a época da reação contra a Revolução Russa e seu estrangulamento após a derrota das revoluções na Europa, a pressão da reação interna e do imperialismo que levou à liquidação do Partido Bolchevique, no terror stalinista e finalmente à restauração capitalista.

12. Os estopins da guerra na Ucrânia

13. Os problemas econômicos e políticos internos de Rússia e EUA, no quadro da crise mundial, foram as razões centrais para esta guerra. Tanto para Putin quanto para

Biden, desatar o conflito foi útil para buscar fomentar um sentimento de “unidade nacional” em cada país, no contexto de crise econômica e queda de popularidade de ambos. Buscam desviar a atenção da população dos problemas internos para o inimigo externo.

14. Para Putin, a guerra é utilizada como pretexto para aprofundar a repressão e criminalização dos movimentos de oposição a seu governo, reforçando assim sua ditadura. Cerca de 15 mil russos foram presos até 18 de março por protestarem contra a invasão realizada na Ucrânia. Em discurso no dia 16 de março, declarou o presidente sobre os que se opõem à guerra: *“Estou convencido de que uma autopurificação natural e necessária da sociedade só fortalecerá nosso país”*. E continuou: *“O povo russo sempre será capaz de distinguir verdadeiros patriotas da escória e dos traidores e simplesmente cuspi-los como uma mosca que voou em suas bocas”*.

15. Fazer girar a indústria da guerra, o complexo industrial-militar,

importante setor da economia de Rússia e EUA, também é do interesse daqueles que Biden e Putin representam, cada um à sua maneira. Biden como expressão da mais poderosa burguesia do mundo e Putin como expressão de uma minúscula burguesia mafiosa, constituída pela apropriação criminosa do patrimônio estatal conquistado pela Revolução Russa, que necessita de um ex-membro da Polícia Política, Putin, para governar sobre a base da repressão e da corrupção. E buscam alimentar a indústria de guerra e provocar guerras e destruição no interesse de oxigenar a economia em uma brutal crise de superprodução, através da destruição acentuada de Forças Produtivas em todo o mundo. O Manifesto Comunista explica que *“Através de que meios a burguesia supera as crises? Por um lado, pelo extermínio forçado de grande parte das forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e da exploração mais metódica dos antigos mercados. Como isso acontece então? Pelo fato de que a*

burguesia prepara crises cada vez mais amplas e poderosas, e reduz os meios de preveni-las.”

16. Assim, Biden e Putin tratam de utilizar, neste momento, o desenvolvimento da indústria de armamentos e os Orçamentos de Defesa como um motor de reserva posto em funcionamento para oxigenar e bombear a economia capitalista. Em primeiro lugar em seus próprios países, mas também na Europa, através da expansão da OTAN e da multiplicação por quatro dos gastos militares dos países membros da OTAN nos últimos 20 anos. Fabricação de armas, máquinas de guerra, bombas, tem necessidade de guerras para serem estocadas e consumidas, podendo assim dar continuidade à produção destas mercadorias que, nas mãos das classes dominantes capitalistas só servem ao deus da destruição. E mantém o sistema capitalista apodrecido e moribundo sustentado por tubos bombeando o sangue e o suor da classe trabalhadora mundial. Este mecanismo interessa a Putin e a

Biden e as classes capitalistas em seu conjunto. É assim que as Forças Produtivas desenvolvidas na História são transformadas em Forças Destrutivas da Humanidade.

17. A guerra na Ucrânia foi a justificativa usada pela Alemanha, por exemplo, para triplicar os gastos com o orçamento de defesa neste ano.

18. O povo trabalhador ucraniano sofre com este jogo macabro de frações burguesas. O governo de Zelensky e, antes, o de Poroshenko (ambos submissos ao imperialismo), submeteram o povo ucraniano a oito anos de guerra civil, com ações de grupos paramilitares fascistas em conluio com o Estado, além de promoverem cortes de direitos, austeridade e medidas repressivas. Não é possível apoiar, de nenhuma forma, nem Zelensky nem sua “resistência”, financiada e orientada pela OTAN e, portanto, pelos EUA.

19. Os imperialistas gritam que Zelensky é um governo democraticamente eleito, o que é uma barbaridade mentirosa a

mais. Eleito democraticamente com o Partido Comunistas proscrito, assim como todas as organizações de esquerda condenadas à clandestinidade, enquanto o partido nazista Svoboda participa legal e livremente das eleições, junto com todos os outros partidos de extrema direita nacionalista e outros financiados pelos diferentes imperialismos? Eis a democracia dos imperialistas e seus lacaios!

20. Não há lado progressista nesta guerra. A única posição coerente é se colocar contra a guerra, contra os governos reacionários da Rússia e da Ucrânia, contra a OTAN e o imperialismo que, hipocritamente, recriminam a invasão russa, quando o próprio EUA e seus sócios europeus realizaram invasões, massacres e crimes de guerra em diferentes países (Iugoslávia, Iraque, Líbia, Afeganistão, Síria – para ficar apenas em alguns exemplos recentes). Somos pelo desmantelamento da OTAN, pela paz entre os povos, pela unidade internacional da classe trabalhadora contra o verdadeiro inimigo, a

classe burguesa e os governantes a seu serviço. “O principal inimigo está em nosso próprio país!”, como afirmou Karl Liebknecht, em maio de 1915, contra a guerra. Assim, seja na Rússia de Putin, na Ucrânia de Zelensky, nos EUA de Biden ou no Brasil de Bolsonaro, a tarefa dos trabalhadores continua a mesma, em cada país, de acordo com as circunstâncias, lutar contra seus governos reacionários e por uma nova sociedade.

21. É a economia, é o capitalismo

22. A guerra na Ucrânia é parte e fruto da crise econômica internacional, raiz da crise política ao redor do mundo, crise de dominação da burguesia. Segundo o Banco Mundial, 90% dos países tiveram contração do PIB em 2020, um impacto mais amplo do que nas duas guerras mundiais.

23. A propagada recuperação econômica em 2021 foi muito débil e insuficiente. O PIB da Alemanha, por exemplo, segundo os dados oficiais, cresceu 2,7% em 2021, mas após uma queda de 3,4% em 2020. O mesmo

no Reino Unido, crescimento de 7,5% em 2021, mas após uma queda de 9,4% em 2020. Mesmo nos EUA, o comemorado crescimento de 5,7% em 2021 deve ser comparado com a queda de 3,4% no ano anterior. A recessão global em 2020, vale frisar, foi acelerada e potencializada pela pandemia da Covid-19, porém, esta crise já estava sendo gestada pelas contradições capitalistas.

24. A situação atual não é de estabilidade. Praticamente todos os governos injetaram dinheiro na economia para enfrentar a crise. O resultado é um aumento da já elevada dívida pública. Em janeiro de 2022, a dívida pública dos EUA superou pela primeira vez os 30 trilhões de dólares. A injeção de dinheiro público, somada a gargalos na produção e transporte de mercadorias, provocou um fenômeno global de alta da inflação. Os EUA tiveram 7% de inflação acumulada em 2021, a maior alta nos últimos 40 anos! Além destes fatores de instabilidade para a economia global, há ainda o problema das bolhas especulativas,

com destaque para a bolha do mercado imobiliário na China. A monstruosa dívida da incorporadora chinesa *Evergrande*, revelada no ano passado com sua quase falência, pode ser apenas a ponta do iceberg de onde emergem as dezenas de grandes cidades artificiais construídas pela China e que estão abandonadas, são cidades fantasmas.

25. Este é um mundo em crise. Crise econômica, pandemia, mudanças climáticas e tragédias ambientais, guerras, refugiados, decadência social e cultural. Porém, este não é o fim do mundo, é a agonia de um modo de produção que há muito tempo deixou de promover o desenvolvimento e progresso para a sociedade, e que precisa ser enterrado antes de conduzir toda a humanidade para a barbárie.

26. A luta de classes continua em todo o mundo

27. Ao mesmo tempo, a constante luta da classe trabalhadora evolui para uma luta política por um outro futuro. Buscam novas alternativas

políticas, e logo descartam os demagogos de direita e de esquerda que estão unidos na defesa do capitalismo. Nos últimos anos vimos explosões insurrecionais em diferentes países. Em 2020, nos EUA, o movimento *Black Lives Matter* e, na Bielorrússia, a luta contra a fraude eleitoral da ditadura de Lucashenko. Em 2021, mobilizações massivas de agricultores na Índia, manifestações contra os governos de direita no Paraguai e na Colômbia, a heroica resistência popular contra o golpe militar no Sudão e em Mianmar, onda de greves nos EUA e Turquia. Já no início de 2022, os grandes protestos no Cazaquistão contra o governo a partir do aumento do preço de combustíveis, protestos reprimidos, aliás, com o apoio do exército de Putin. Na própria Rússia, ocorreram significativas manifestações de rua contra a guerra, apesar da repressão e perseguição.

28. Também em Cuba, a crise e as medidas econômicas e sociais adotadas pelo governo tem gerado um sentimento

popular de insatisfação de que a oposição ligada e financiada pelo imperialismo busca utilizar para seus objetivos reacionários. Em 11 de julho de 2021 ocorreram protestos na ilha convocados por diferentes grupos reacionários pró capitalistas buscando manipular o sentimento popular de insatisfação, ampliado com as medidas recentes do governo (reordenamento econômico etc., que buscam preparar a restauração capitalista à sua maneira). Por isso se viu o coro de “solidariedade” internacional dos imperialistas com seus lacaios de Havana conduzindo a manifestação, que tinha como objetivo atacar as conquistas da revolução cubana e patrocinar a restauração capitalista.

29. No entanto, houve um caráter heterogêneo nestes protestos pelo país. Em *San Antonio de los Baños*, por exemplo, predominou

o caráter de uma revolta popular espontânea, diante dos cortes de energia, da falta de produtos básicos e do atraso na vacinação. O imperialismo, obviamente, deseja esmagar a revolução e restaurar o capitalismo, é preciso combater todos os ataques imperialistas e, centralmente, lutar contra o embargo econômico. Ao mesmo tempo, é preciso compreender que a burocracia no poder também dá passos em direção à restauração capitalista. Um elemento significativo da conjuntura em Cuba foi o surgimento dos *Pañuelos Rojos* (Lenços Vermelhos), agrupamento de jovens que organizou uma concentração de 48 horas no centro de Havana contra o bloqueio econômico e em defesa da revolução, mas por fora das instituições do Estado e com discursos críticos à burocracia.

II. Situação nacional

30. A luta para derrotar Bolsonaro

31. A disposição de luta de jovens e trabalhadores ao redor do

mundo se fez presente também no Brasil nos últimos anos. Longe do governo Bolsonaro conseguir avançar em direção a um regime fascista ou uma ditadura totalitária – como boa parte da “esquerda” alardeava assim que Bolsonaro foi eleito em 2018 –, o seu mandato está marcado pela fraqueza, instabilidade, choques com frações majoritárias da burguesia e o ódio popular.

32. Já em 2019 ocorreram as grandes mobilizações contra os cortes na educação. Em 2020, os piquetes e as mobilizações de rua pelo “Fora Bolsonaro” em plena pandemia. No ano passado, manifestações massivas contra o governo por todo o país. Manifestações que só não se desenvolveram, só não chegaram a uma greve geral e culminaram na derrubada do governo, por conta da traição das direções.

33. A crise econômica também atingiu fortemente o país. Apesar do crescimento de 4,6% do PIB em 2021, a queda em 2020 foi de 4,1%.

A inflação (IPCA) em 2021 fechou em 10,06% e segue aumentando, provocando o arrocho no salário dos trabalhadores. A dívida pública federal (interna e externa) chegou a R\$ 5,6 trilhões no fim do ano passado. Esta dívida, no final de 2019, era de R\$ 4,25 trilhões, um aumento de mais de 30% em dois anos. O desemprego oficial (IBGE) terminou 2021 em 11,1%, mas vale lembrar que este índice não leva em conta os que desistiram de procurar emprego (desalentados), os que trabalham menos horas do que gostariam e o aumento do trabalho informal. Segundo um levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 116 milhões de brasileiros (mais da metade da população) vivem com algum grau de insegurança alimentar e, destes, 19 milhões passam fome. Oficialmente, são mais de 650 mil vítimas fatais da Covid-19 no país, fruto direto da sabotagem do governo às medidas de distanciamento social, desde o início da pandemia, e à vacinação. Este é o Brasil governado por

Bolsonaro, por isso ele caminha para a derrota eleitoral em outubro.

34. No entanto, a mobilização das massas já poderia ter colocado fim a este governo odiado. Havia disposição da base para isso, mas as direções dos aparatos (PT, PCdoB, CUT, UNE, dos grandes sindicatos) foram paulatinamente desmontando a luta pela derrubada do governo. Jovens e trabalhadores, sem uma direção decidida, começaram a considerar como a saída possível, a via mais econômica, colocar fim ao governo reacionário pela via eleitoral. Mesmo que isso não descarte, diante da gravidade da crise e da instabilidade política, a possibilidade de novas explosões de luta ainda antes das eleições.

35. A maioria da direção do PSOL, que também combateu por mais de um ano contra a palavra de ordem “Fora Bolsonaro!”, agora decide não lançar candidatura própria para a presidência da República e apoiar Lula, mesmo com suas alianças com a burguesia, desde o primeiro turno.

Tal posicionamento revela muito da progressiva adaptação do partido às instituições burguesas, ao jogo eleitoral e parlamentar, à conciliação de classes e ao reformismo. De fato, a política defendida por esta direção pouco se diferencia da defendida por Lula e o PT. O PSOL já teve seu momento para se construir como uma alternativa de esquerda para a reorganização de jovens e trabalhadores. Só uma virada à esquerda na política do partido, conectando-se à luta da classe trabalhadora e da juventude contra o capital (mudança de rota improvável de ser realizada por essa direção) poderia recolocar a possibilidade do PSOL ser alternativa para a organização das massas oprimidas.

36. As federações partidárias, inovação na lei eleitoral que entra em vigor já nas eleições deste ano, no lugar das coligações para as disputas de cargos proporcionais, abre o caminho para se aprofundar a adaptação do PSOL, diante constituição de

federação com partidos burgueses. A lei determina uma unidade de ao menos quatro anos entre os partidos que aderirem à federação, com estatuto e programa comuns, além de uma direção nacional própria.

37. A entrada em federações com partidos burgueses (REDE, PSB, PV etc.) significa, para os partidos que reivindicam da classe trabalhadora, como PT, PCdoB, PSOL, o avanço em direção à dissolução do seu caráter de classe para se integrarem em instrumentos políticos com setores da burguesia. Movimento similar, de dissolução do caráter de classe como organização operária, ocorre na CUT, com a proposta apresentada pela direção nacional e aprovada em sua 16ª Plenária Nacional (outubro/2021) que possibilita a integração à central do que classificaram como “organizações fraternas” (entidade religiosas, culturais, esportivas, de imigrantes etc.), ou seja, um ataque ao caráter sindical (de classe) da CUT. Na plenária nacional, sindicalistas ligados à

corrente DS (Democracia Socialista) propuseram ainda que estas “organizações fraternas” tivessem direito a voz e voto nas instâncias da CUT, portanto levando muito adiante a destruição da CUT como organização de classe. Esta questão foi remetida para o Congresso Nacional da CUT de 2023. É preciso combater a degeneração que significa a aliança orgânica com partidos burgueses assim como a descaracterização da CUT com a integração destas organizações estranhas ao movimento sindical e às necessidades imediatas e históricas da classe trabalhadora.

38. Com a decisão do PSOL de não ter candidatura própria a presidente e de apoiar Lula desde o primeiro turno, resta aos trabalhadores manter uma posição de classe: o voto crítico em Lula, o candidato de um partido operário-burguês contra um candidato direto da burguesia. O PT segue sendo um partido com origem e base entre os trabalhadores, mesmo que sua direção defenda e aplique uma política a serviço da

burguesia, e mesmo que o PT e Lula já não controlem a classe operária como o fizeram no passado. Controle político que perderam e que dificilmente poderão retomar.

39. As massas que vão votar em Lula, o farão, em sua imensa maioria, para “derrotar Bolsonaro”. Longe de ser uma nostalgia dos governos Lula, a necessidade de derrotar Bolsonaro se apresenta de tal forma urgente que, hoje, 54,5% dos jovens entre 18 e 24 anos, que conscientemente não viveram os governos Lula, declaram desde já seu apoio ao candidato mais bem posicionado para enterrar este governo da escória burguesa e pequeno-burguesa.

40. O chamado ao voto crítico em Lula tem o sentido de derrotar Bolsonaro ou qualquer candidato burguês. Ao mesmo tempo, é indispensável condenar publicamente as alianças de Lula e do PT com a burguesia e seu programa de submissão ao capital, explicando as consequências disso para

os explorados e oprimidos.

Responsabilizamos Lula e o PT por apoiar-se nos anseios das massas para traí-las sustentando o regime da propriedade privada dos meios de produção, suas instituições e o Estado burguês. E para ajudar na compreensão e clarificação das necessidades imediatas e históricas das massas oprimidas, apresentamos o nosso programa de defesa das conquistas e reivindicações, portanto, de enfrentamento ao capital.

41. Esta é a posição de classe a ser adotada no cenário mais provável que se desenha para a disputa presidencial. A vergonhosa aliança entre Lula e Alckmin, com Alckmin como vice de Lula, e que busca se expandir para outros setores da burguesia para a formação de um governo de unidade nacional para salvar as instituições do regime e defender o capitalismo, não modifica esta posição de combate pela frente única.

42. O programa a ser apresentado pelas candidaturas que se

reivindicam e defendem a independência de classe deve

levantar em suas candidaturas os seguintes pontos:

● Não pagamento da dívida pública (interna e externa), que não foi o povo que fez e que é o principal instrumento de domínio imperialista e de exploração da classe trabalhadora e de todos os oprimidos!

● Todo investimento necessário nos serviços públicos! Realização imediata de concursos públicos para preenchimento de todas as vagas existentes e ampliação do atendimento! Saúde e Educação públicas e gratuitas para todos! Abaixo a Reforma do Ensino Médio! Cancelamento de todas as OSs, na Saúde, e fim do financiamento público para empresas privadas de educação! Contratação efetiva e direta pelo Estado de todos os trabalhadores das parcerias privadas (ONGs, OSs etc.), com garantia de direitos e estabilidade no emprego.

● Seguro-desemprego para todos os desempregados. Estabilidade no emprego, nenhuma demissão! Reajuste mensal automático dos salários de acordo com a inflação!

● Anulação de todas as reformas trabalhistas e das reformas da Previdência de FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro! Previdência pública e solidária, aposentadoria com o último salário integral após 35 (homens) / 30 (mulheres) anos de trabalho, sem idade mínima.

● Congelamento dos aluguéis. Proibição de despejos por falta de pagamento de aluguéis! Expropriação dos prédios e terrenos ocupados: Moradia para todos os trabalhadores semteto!

● Reforma agrária já! Por uma verdadeira reforma agrária que deve passar pela expropriação e estatização do Agronegócio e do latifúndio, sob controle dos trabalhadores!

Anulação de todas as privatizações de serviços e empresas públicas realizadas pelos governos FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro!

Abaixo o governo Bolsonaro! Por um governo dos trabalhadores sem patrões nem generais!

43. O resultado mais provável das eleições de outubro será a vitória de Lula, que tende a receber o apoio eleitoral majoritário diante do rechaço popular a Bolsonaro e da necessidade da classe de se defender deste governo decretando o seu fim. Ao mesmo tempo, no

cenário atual, de crise econômica, rechaço ao sistema e de experiência acumulada com os governos do PT, a paciência das massas será muito menor em um possível novo governo Lula. A luta de classes segue a pleno vapor, antes, durante e depois das eleições.

III. Situação estadual

44. No Paraná, Ratinho Jr (PSD) foi eleito governador ainda em primeiro turno, com 59,99% dos votos válidos. O filho do apresentador Ratinho liderou uma coligação com vários partidos políticos (PSC, PV, PR, PHS, Avante, PRB e PPS). Sua vitória, no entanto, representou o avanço de um poderoso grupo político-empresarial: o Grupo Massa, com

investimentos concentrados em comunicação e no agronegócio. Para isso, teve que derrotar outro grupo político-empresarial, o da Família Barros, que tinha como candidata a vice-governadora Cida Borghetti (PP).

45. Esses dois grupos político-empresariais faziam parte do governo Beto Richa (PSDB). No

final, Ratinho se distanciou de Beto Richa, do qual foi Secretário do Desenvolvimento Urbano, apenas o suficiente para evitar a pecha de candidato da continuidade, de um governo profundamente desgastado pelas denúncias de corrupção. A manobra oportunista serviu para se apresentar como um candidato da “renovação”, ainda que político de segunda geração da sua família. Mas sua proposta de governo, “Paraná Inovador”, é um aprofundamento da política de austeridade do governo anterior: ajuste fiscal, corte nos gastos públicos, retirada de direitos dos servidores públicos, transferência de recursos e de atribuições do estado em favor de poderosos conglomerados privados.

46. Falando em “momento político de ruptura”, de recado dos eleitores aos “profissionais da política”, declarou seu apoio à eleição de Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições para presidente. Seu compromisso com as políticas ultraliberais e de ataque aos direitos trabalhistas fizeram dele um

dos mais ativos governadores na defesa da Reforma da Previdência, trabalhando pela inclusão dos Estados e Municípios no projeto em votação. Também inscreveu o estado na ação junto ao STF pedindo a redução dos salários com redução da jornada do funcionalismo público.

47. Os principais interlocutores do governo Ratinho são os grupos empresariais paranaenses, representados no G7 (Fecomércio, Fiep, Faciap, Faep, Fetranspar, Fecooper e ACP). E não se trata apenas de debater demandas dos empresários, mas de trazer o G7 para uma efetiva participação no governo. O próprio vice-governador é Darci Piana, presidente da Fecomércio. O estudo da Reforma Administrativa, que reduziu de 28 para 15 secretarias estaduais, foi financiada pelo G7. Ou seja, a reorganização do estado foi feita para melhor atender aos interesses dessas associações. Projetos de parceria Público-Privada são discutidas com o grupo. Antes de lançar um programa de obras de

infraestrutura (rodovias, ferrovias e segurança pública), orçado em R\$ 350 milhões, o governo pediu ao G7 para elaborar os projetos que deveriam fazer parte do programa.

48. Apesar do governo alardear uma preocupante queda na arrecadação no primeiro semestre de 2019 (a expectativa era de um ganho de R\$ 22 bilhões, mas só teriam sido arrecadados R\$ 19 bilhões), ele manteve intocável sua política de renúncia fiscal para beneficiar os grupos empresariais na casa de R\$ 10 bilhões anuais, e crescendo. Da mesma maneira, mantém a divisão de lucro com os acionistas das empresas Copel e Sanepar no limite máximo permitido por lei, transferindo meio bilhão para o bolso desses investidores só no primeiro semestre do ano.

49. Ratinho Jr. aplica em ambiente estadual uma política semelhante à de Jair Bolsonaro. Apesar de ensaiar algumas críticas ao governo Bolsonaro sobre a condução da pandemia da COVID-19 ou sobre repasses de verbas do governo

federal, Ratinho Jr. reiteradas vezes fez questão de afirmar que se considera um aliado de Jair Bolsonaro. A proximidade de Ratinho Jr. com Bolsonaro é tão grande que o atual secretário de educação do Paraná, Renato Feder, foi cotado para assumir o ministério da educação em 2020.

50. Na política educacional, conduzida por Renato Feder, o governo Ratinho Jr. aprofundou os ataques à escola pública e aos trabalhadores da educação. Os exemplos são múltiplos. O mais recente foi o repasse para a iniciativa privada – Unicesumar – a tarefa de conduzir as disciplinas técnicas ofertadas aos estudantes do Ensino Médio. Para terceirizar o serviço, o governo do estado drenou R\$ 38,4 milhões dos cofres públicos, diretamente para o bolso dos tubarões do ensino. Mas as consequências deste absurdo não param por aí! Os professores que antes ministravam essas disciplinas foram dispensados ou remanejados e substituídos por aulas a distância, ampliando o

desemprego entre os professores. Um monitor, que terminou recentemente o Ensino Médio, entra na sala, liga a televisão, conecta a aula gravada que é transmitida para os estudantes de todo o estado e solicita que os estudantes do curso assistam. Quando a televisão ou a transmissão não funcionam, os estudantes simplesmente ficam sem aula.

51. O que ocorre no Paraná é uma das consequências da Reforma do Ensino Médio aprovada em 2017 pelo governo de Michel Temer sob protestos de estudantes secundaristas, que na ocasião ocuparam escolas por todo o Brasil contra a mudança. Agora, novamente, uma onda de protestos dos estudantes secundaristas do estado do Paraná começa a se formar contra as consequências trágicas da implementação da famigerada Reforma do Ensino Médio. Os estudantes são contra a terceirização, exigem a contratação de professores e não aceitam o formato de educação a distância!

Dizem os estudantes: “Fora Unicesumar!”; “Professor, sim! EAD, não!”; “Queremos professores!”.

52. As recentes pesquisas de intenção de voto para o governo do Paraná indicam que Ratinho Jr. irá vencer, com folga, já no primeiro turno. O que significa, na prática, o aprofundamento dos ataques aos trabalhadores e a continuidade da destruição dos serviços públicos no estado. A candidatura de Requião não apresenta capacidade de fazer frente à hegemonia política construída por Ratinho Jr. no estado. Além disso, não é possível alimentar ilusões em Requião. Apesar de nos governos de Requião os trabalhadores da educação estadual terem avançado em algumas reivindicações, é importante destacar que Requião atacou, inclusive mandando cortar ponto, os servidores em diversos momentos de greve ou mobilização. Requião também foi um dos governadores que entraram com uma ADIN no STF contra a lei do piso nacional do magistério.

53. Requião foi filiado ao PMDB, um partido burguês, durante toda sua vida política. Mesmo após o impeachment de Dilma, Requião permaneceu no PMDB. Saiu do PMDB apenas no momento que perdeu o controle do partido no

estado. Por este e os outros motivos apresentados é preciso que os trabalhadores do Paraná batalhem para construir uma alternativa dos trabalhadores independente da burguesia e dos políticos tradicionais.

IV. Situação municipal

54. Para Rafael Greca (Democratas) e seus secretários a prefeitura não passa de um balcão de negócios para gerir os interesses dos grandes empresários da cidade. Para isso, aplica uma política que alivia o “andar de cima” (empresários) e arrocha o “andar de baixo” (servidores e população trabalhadora da cidade). Já no início do seu primeiro mandato, fechou o guarda volume das pessoas em situação de rua; reprimiu vendedores ambulantes no centro da cidade; cancelou a oficina de música; aplicou um aumento absurdo na tarifa do

transporte engordando os cofres das empresas de ônibus; recebeu os representantes das escolas particulares enquanto o magistério municipal fazia greve; e aprovou, utilizando forte repressão policial, o pacote de ataques que prejudicou a população trabalhadora da cidade e atacou os direitos e a previdência dos servidores públicos.

55. A política de estrangulamento dos serviços e dos servidores públicos permitiu ao prefeito Rafael Greca fortalecer o caixa da prefeitura e repassar esses recursos para ações que

beneficiam os grandes grupos econômicos privados que operam na cidade, especialmente, os ligados ao transporte e às obras públicas. Basta abrir os jornais e verificar a quantidade monstruosa de recursos públicos repassados para as empresas de ônibus que atuam na cidade.

56. A política desenvolvida por Rafael Greca no município, ligada à situação econômica internacional e nacional, fez o número de pessoas em situação de rua disparar na cidade. No Paraná, segundo dados do Cadastro Único (CadÚnico) o número de pessoas em situação de rua aumentou 49,3% entre 2018 e 2021, concentrado a maioria desta população na capital e na região metropolitana. A situação torna-se mais absurda quando observamos a quantidade gigantesca de imóveis ociosos na cidade e que não cumprem sua função social. Além da inexistência de uma política real e consistente de moradia, emprego e renda na cidade.

57. Entre 2020 e 2021 a cesta básica em Curitiba aumentou 16,3% representando a maior taxa acumulada entre as capitais. No mês de março, deste ano, Curitiba apresentou o 2º maior reajuste na cesta básica entre as capitais do país. Tal indicativo aliado ao arrocho salarial aprofunda a carestia dos trabalhadores da capital paranaense.

58. Cabe aos sindicatos dos servidores públicos, especialmente SISMMAC e SISMUC, em aliança com demais trabalhadores da cidade, usuários dos serviços públicos e movimentos de luta por moradia construir a resistência e a luta contra o governo de Rafael Greca. No campo da luta dos servidores públicos é fundamental retomar as mobilizações de rua e construir uma greve para reverter o conjunto de ataques implementados com a aprovação dos diferentes Pacotões. Ao mesmo tempo em que se batalha para construir uma alternativa política dos trabalhadores, independente da burguesia.

V. Análise do movimento sindical

59. Infelizmente, na atualidade, a maioria dos sindicatos é dirigida por tendências que defendem a colaboração de classes e o tripartismo (conselhos formados por patrão, trabalhadores e governos). Abandonaram a independência de classe.

60. Entretanto, a convulsiva situação política, faz com que as bases “atropelem” as direções pelegas ou as forcem a entrar em movimento. É isto que levou o Brasil a passar recentemente pelo maior ciclo grevista de sua história. Pode-se dizer que este ciclo teve início em 2012 quando foram realizadas 873 greves, praticamente o dobro do ano de 2011. Porém, em 2013 ocorre um novo salto, chegando a expressivas 2050 greves. Este número guarda estreita conexão com as “jornadas de junho” que ocorreram no mesmo ano, demonstrando, em sua totalidade, um processo de acirramento da

luta de classes no país. O número de greves permanece neste patamar até 2016 quando atinge o maior número de greves (2093) da série histórica pesquisada pelo DIEESE desde 1984.

61. Nos anos de 2017 e 2018 ocorre uma redução do número de greves para 1566 e 1453, respectivamente, o que não nos permite afirmar que os trabalhadores tenham perdido o ímpeto de luta. A redução do número de greves está, na verdade, muito mais ligada ao aumento do desemprego no país e a redução de contratos formais de trabalho.

Além destes números é preciso levar em conta que algumas destas greves tiveram caráter de ação de massas, como a greve dos garis em 2014 em pleno carnaval e a greve dos servidores públicos estaduais do Paraná em 2015 para ficar apenas em dois exemplos emblemáticos, ou ainda,

a greve geral de 2017 que unificou nacionalmente os trabalhadores em um movimento grevista.

62. Outro aspecto que deve ser levado em conta é o equilíbrio entre as greves realizadas no setor público e privado. Segundo o relatório do DIEESE, que trata das greves de 2018, as greves do setor público e privado ficam em quantidades praticamente equivalentes. Entretanto, o que mais chama atenção neste relatório é que os trabalhadores terceirizados de serviços foram responsáveis por “70% das greves do setor privado”. Ou seja, a maioria das greves, fora do setor público, foi realizada por categorias de trabalhadores com um baixo nível de organização e/ou tradição de luta, o que é mais um indício da disposição de combate na base dos trabalhadores. Outro ponto que deve ser destacado neste ciclo de greves é o formato que ganham algumas destas lutas, como foi o caso da greve internacional dos motoristas da UBER e aplicativos similares. Expressão destacada

da superexploração da força de trabalho e do caráter cada vez mais internacional e unificado da luta do proletariado, resultado da concentração monopolista do capital, contrariando a sociologia vulgar que insiste em dizer que a classe trabalhadora está cada vez mais fragmentada. A greve destes motoristas ocorreu no dia 08 de maio de 2019 com o desligamento do aplicativo por um período, concentrando suas reivindicações, no caso do Brasil, contra a ausência de garantias trabalhistas; pela melhoria da cota dos trabalhadores sobre a corrida; e contra o alto valor do combustível.

63. É preciso que as organizações dos trabalhadores decifrem a roupagem que ganha o processo de exploração da força de trabalho contemporâneo e, portanto também, as formas de luta e ação destes trabalhadores.

64. O ciclo de greve que durou praticamente dez anos vai enfrentar uma redução significativa somente em 2020 contabilizando

649 greves. Situação fortemente influenciada pela pandemia da COVID-19, pela situação dos trabalhadores (desemprego e precarização), e pela ação das direções sindicais que colocaram as lutas, também, em quarentena.

65. Vejamos o exemplo dos trabalhadores metalúrgicos. As direções dos sindicatos metalúrgicos ligadas a diferentes grupos políticos e centrais sindicais assinaram acordos coletivos em 2020 que permitiam a suspensão de contratos e redução de jornada com redução de salário. Os argumentos e os métodos utilizados foram os mesmos. Informavam que o acordo proposto pela patronal garantia condições mais favoráveis que a MP936 do Governo Federal ou que eram formalmente contra a proposta dos patrões, porém reiteravam que aceitar a proposta da empresa era o único caminho possível. Posteriormente abriam uma assembleia/enquete virtual para que os trabalhadores respondessem se aceitavam

ou não o acordo proposto pelas empresas.

66. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ligado à Conlutas/PSTU, assinou um acordo, em 2020, com a General Motors (GM) de suspensão de contratos com redução de salários. As reduções salariais variam de 5% a 25%. Segundo o vice-presidente do sindicato, Renato Almeida, *“este, certamente, não é o melhor acordo, mas estamos num cenário em que os patrões saíram fortalecidos por conta da MP do governo Bolsonaro. O sindicato defende a adoção de licença remunerada para todos, sem redução de salário, mas quem decide é o trabalhador”*. Ou seja, prostra-se diante da situação posicionando-se formalmente contra a proposta da empresa e joga a responsabilidade sobre a decisão nas costas dos trabalhadores que estavam pressionados pelo medo do desemprego e da contaminação pela COVID-19. Não apresenta nenhuma alternativa de luta concreta para que os

trabalhadores tenham sua saúde, emprego e salário integralmente preservados.

67. Já o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, ligado à Intersindical, entre outros acordos já firmados com diversas empresas, apresentou em seu site a proposta de acordo com a Bosch em que o dirigente Marcio explicava aos trabalhadores, através de vídeo, que “...após algumas rodadas de negociação, construída entre sindicato e a Bosch, a gente tá defendendo esta proposta. Porque ainda que o sindicato é contra qualquer tipo de redução, mas neste momento o sindicato tá pensando literalmente na saúde e na vida dos trabalhadores...”. Nesse caso o dirigente sindical reconhece que a proposta elaborada em conjunto com a empresa produz redução salarial, de direitos e, mesmo assim, recomenda que os trabalhadores aceitem a proposta, afinal, segundo ele, é o que temos para a ocasião.

68. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ligado à Central Única

dos Trabalhadores (CUT), seguiu o mesmo caminho. Genildo Dias Pereira (Gaúcho), dirigente do sindicato, explica que “além de férias, licença remunerada e banco de horas, temos feito acordos de suspensão temporária do contrato de trabalho e outros de redução de jornada e salário, garantindo a estabilidade no emprego além do que a medida estabelece”. E conclui: “estamos no caminho certo e juntos venceremos mais essa crise”. Para tal dirigente, reduzir salários dos trabalhadores é estar no caminho certo. O nível de traição e de colaboração com os patrões é realmente impressionante. Não ficam mais constrangidos em afirmar um absurdo de tal natureza. Abandonaram completamente a defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

69. O sindicato dos metalúrgicos do ABC, muito antes da COVID-19, já defendia e assinava acordos de redução de jornada com redução de salários. Em 2015, durante o 12º

Congresso da CUT, por iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a CUT aprovou o apoio ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) que previa a redução de jornada de trabalho com redução de salários. Segundo os defensores do programa, esse era o caminho para salvaguardar os empregos. Como é de conhecimento, o programa não protegeu empregos e apenas garantiu o lucro dos patrões. Um programa, na verdade, de proteção ao empresariado.

70. Apesar de ligados a grupos políticos e centrais sindicais distintas, os três sindicatos citados demonstram uma adaptação de longo prazo à estrutura sindical vigente e um comportamento de colaboração explícita com os patrões. Os sindicatos incorporam a linha da unidade nacional, da colaboração de classes, ao orientar os trabalhadores a aceitar a proposta patronal sem oferecer nenhuma alternativa concreta de luta. Rompem, na prática, com a independência de classe.

71. Havia, mesmo durante a pandemia, disposição e luta. Foram diversas as expressões e as situações em que os trabalhadores demonstraram que estavam dispostos a lutar, apesar das situações e da ação das direções sindicais. Um exemplo importante foi a greve dos trabalhadores da Renault, em São José dos Pinhais, contra a demissão de 747 operários, realizada durante a pandemia, em 2020, e que durou mais de 20 dias. Combate travado de forma corajosa pelos operários e que só não foi mais longe pela ação capituladora da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região Metropolitana.

72. Em síntese, o recente ciclo grevista demonstra que a classe trabalhadora não está derrotada, pois resiste e luta, apesar das direções e das dificuldades impostas pelo próprio processo de exploração da força de trabalho.

Assinam a tese

Renato Pizzato Vivan (EM Francisco Derosso/ EM Jardim Europa), Francis Madlener de Lima (EM Jardim Europa), Dulcineia Pires Zucysyn (EM Paulo Freire), Fabiana Barcheky de Camargo (EM CEI Professora Tereza Matsumoto), Vania Beraldo (EM Herley Mehl), Cinara Matoso Machado da Silva (EM Eny Caldeira), Erik Jason Madlener de Lima (E.M.Castro), Patricia Alves dos Santos (EM Professor Ricardo Krieger), Carine Ferreira Costa Peplinski (EM Michel Khury), Lorena Lara (Aposentada), Marcela Cristina Ferreira da Silva Panho (EM Senador Eneas Faria), Josiane Mendes da Paixão (EM Francisco Derosso), Eliane Baroto Marcelino (EM Francisco Derosso), Andressa Romano (E.M. Francisco Derosso), Emmanuelle Olga Félix Munarim Hauser Santos (EM Dona lulu), Shirlei Aparecida Malisak (E.M. Francisco Derosso), Daniele Pereira Alves (E.M. Francisco Derosso), Rosana dos S P Grochovski (EM Francisco Derosso), Sandra Mara dos Santos Prix Pio (EM Francisco Derosso), Cassia Bueno Malinoski (EM Francisco Derosso), Edenilson José Lorenzi (EM Prof. Maria Neide Gabardo Betiatto), Marliane Souza (E.M. Francisco Derosso), Joslaine Guimarães Rodrigues (E. M. Prof. Maria Neide Gabardo Betiatto), Sandra Cristine Schwarz (EM Elza Lerner), Thaisa Santos (E. M. Prof Dario Persiano de Castro Vellozo), Patricia Morais (EM Moradias Ribeirão), Francielli Gonçalves Santos (EM Francisco Derosso)



CURITIBA JÁ PAGA

SALÁRIOS MAIS BAIXOS



AOS
PROFESSORES
DO QUE CIDADES
VIZINHAS

#ValorizaOMagistério

Aponte a câmera do
celular e compartilhe
no Facebook





SISMINNAC